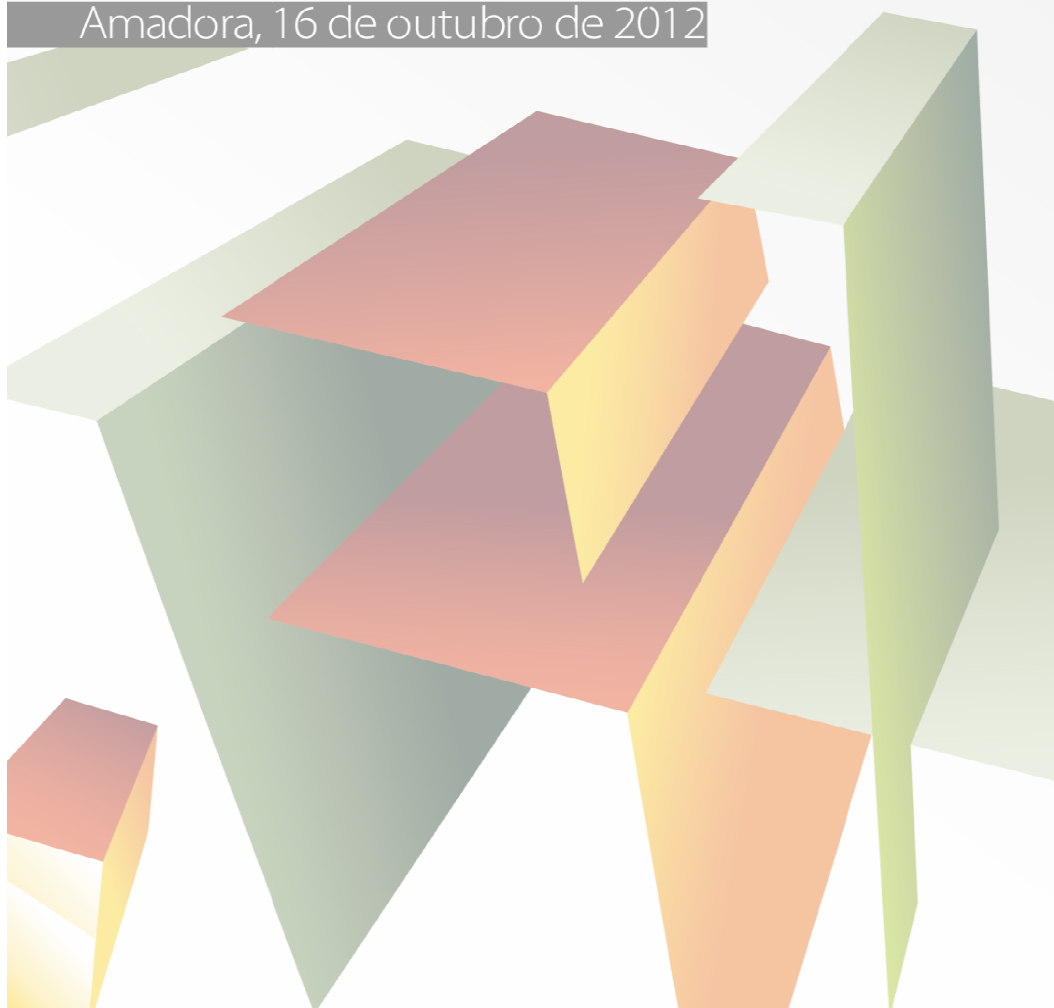


**Mediação:  
um caminho para a construção  
de cidades Interculturais**

Amadora, 16 de outubro de 2012



# RELATÓRIO



A Europa na minha cidade  
2012



## ÍNDICE

### I

Mediação intercultural em Serviços Públicos (Geração Autarquias): Apresentação do Projeto .....	4
Objetivos .....	4
Âmbito de intervenção .....	4

### II

Workshop “Mediação: Um caminho para a construção de cidades interculturais”:	
Objetivos .....	5
Metodologias .....	5
Contextualização: Painel de abertura .....	6
Painel I - Mediação intercultural: Um modelo de intervenção .....	6
Painel II - Construção de cidades interculturais – um desafio para as autarquias .....	7
Painel III - O papel das associações no fortalecimento das relações interculturais..	8
Apresentação das conclusões dos grupos de discussão .....	8
Encerramento/ notas conclusivas .....	8
Participantes .....	9

### Anexo 1

Comunicações dos oradores .....	11
---------------------------------	----

### Anexo 2

Apresentações dos oradores .....	64
----------------------------------	----

### Anexo 3

Programa e questionário de avaliação .....	92
--	----



## I

### **Mediação Intercultural em Serviços Públicos (Geração Autarquias): Apresentação do Projeto**

O MISP é promovido pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI) e desenvolvido em parceria com a Câmara Municipal da Amadora, a Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde (AJPAS) e a Associação de Solidariedade Social da Alto da Cova da Moura (ASSACM), cofinanciado pelo Fundo Europeu par a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT).

É um projeto inovador, que assenta num modelo de mediação intercultural, com enfoque comunitário, promotor da interculturalidade e da construção de um sentido de pertença à comunidade, impulsionado por uma equipa de agentes de mediação intercultural sedeadada e coordenada localmente pelos municípios participantes no projeto.

O MISP é composto por uma equipa central de coordenação do projeto, do ACIDI e a equipa de Mediação Intercultural da Amadora (EMMI). Esta equipa é coordenada pela Câmara Municipal e integra cinco agentes de mediação intercultural colocados pela AJPAS e pela ASSACM.

### **Objetivos**

Tem como objetivos gerais desenvolver uma intervenção com base num modelo de trabalho assente nos princípios da interculturalidade e da mediação em territórios municipais, tendo em vista melhorar a qualidade de vida das comunidades, promover novas relações de convivência intercultural construtivas e transformadoras e contribuir para o desenvolvimento local e a coesão social.

### **Âmbito de intervenção**

- Prestar apoio aos profissionais e instituições inseridos na comunidade, potenciando canais de comunicação e promovendo a adequada institucionalização;
- Assessorar os agentes sociais na sua relação com os grupos de pertença, grupos minoritários, em temas de interculturalidade, diversidade cultural/ étnica/religiosa e relações intercomunitárias;
- Apoiar os/as cidadãos/ãs no sentido de fomentar a capacidade individual;
- Facilitar o acesso aos serviços públicos e recursos públicos e privados;
- Apoiar todos os protagonistas para que se organizem, utilizando os recursos existentes, valorizando novos recursos e procurando outros recursos, programas, projetos que deem resposta às necessidades identificadas;
- Fomentar a aproximação, a comunicação, a articulação e relação entre os diversos recursos existentes na comunidade, na procura de respostas de forma a integrar as necessidades dos/as cidadãos/ãs;
- Promover a interculturalidade, pela participação, livre e espontânea, pela aprendizagem da convivência, novas formas de relação, onde pessoas se reconhecem como interlocutores, dialogam e enriquecem mutuamente;
- Acompanhar cidadãos/ãs em situações de maior desvantagem social aos serviços, bem como, estabelecer pontes entre as instituições (trabalhando sempre com esses serviços e nunca em substituição dos/as profissionais dos mesmos).



## II

### **Workshop “Mediação: Um caminho para a construção de cidades interculturais”: Objetivos**

Decorreu a 16 de outubro de 2012 nos Recreios da Amadora, o Fórum “Mediação, um caminho para a construção de cidades interculturais”.

Tratou-se de uma iniciativa conjunta da Câmara Municipal da Amadora e do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI, enquadrada na Semana Europeia da Democracia Local, subordinada ao tema Direitos Humanos – Tornar as Comunidades mais Inclusivas, e na Semana Europeia das Cidades e Regiões sob o título “Cidades e Regiões da Europa: fazendo a diferença”.

Com a participação de diversos intervenientes, peritos, políticos, associações de base local, ONG’s, profissionais de saúde e de educação, universidades e outros interessados na temática, esta iniciativa constituiu um espaço de partilha, troca de experiências, apresentação de estudos e debate sobre a questão da interculturalidade nas cidades atuais, sempre com um enfoque especial na importância do papel da mediação.

### **Metodologias**

O workshop comportou diferentes formatos e metodologias, desde painéis temáticos, mesa redonda e grupos de trabalho.

A sessão de abertura teve dois objetivos: Por um lado receber e dar as boas-vindas aos participantes, por outro, contextualizar a problemática da interculturalidade e a implementação do projeto de mediação intercultural.

Os três painéis e a mesa redonda (I. Mediação intercultural: um modelo de intervenção; II. Construção de cidades interculturais – um desafio para as autarquias; III. O papel das associações no fortalecimento das relações interculturais), combinaram a teoria e a prática, com apresentações de autarcas, especialistas nacionais e internacionais que apresentaram resultados das suas investigações e de boas práticas desenvolvidas no terreno.

No final de cada painel houve um espaço aberto ao debate envolvendo todos os presentes.

Foram organizados três grupos de discussão com o objetivo de abordar a temática da mediação em diversos contextos: educativo, saúde e comunidade. No final os facilitadores apresentaram as conclusões dos grupos e para terminar, o especialista na matéria, professor Carlos Giménez Romero, defendeu que no processo de construção de cidades interculturais, a mediação não é apenas necessária, mas, imprescindível.



## Contextualização: Paineis de abertura

A abertura da sessão coube a **Carla Tavares**, Vice-Presidente da Câmara Municipal da Amadora, que salientou as questões da interculturalidade como um desafio constante e uma preocupação sempre na ordem do dia, num concelho em que o *“maior património são as pessoas e a diversidade que este encerra dentro destes pequenos 24 km<sup>2</sup>”*; o diálogo com o movimento associativo e os seus mediadores que *“são uma ferramenta imprescindível num conjunto de desafios que diariamente têm pela frente”*.

Para **Rosário Farmhouse**, Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, o projeto de mediação intercultural *“é um projeto de construção da paz”* e esta ferramenta da mediação *“faz parte do ADN das políticas de integração e do diálogo intercultural que o ACIDI leva a cabo no país”*.

Rosário Farmhouse salientou fazer todo o sentido este workshop estar integrada na Semana Europeia da Democracia Local, *“que tem muito a ver com o papel que a mediação pode ter para o verdadeiro acesso, para a verdadeira democracia participativa”*.

O projeto MISP tem permitido multiplicar as pontes que se querem construir, porque ajuda a desconstruir as barreiras que vão surgindo entre os serviços públicos e as comunidades imigrantes.

## Painel I - Mediação Intercultural: Um modelo de intervenção

**Carla Martingo**, Coordenadora do Projeto MISP, efetuou a apresentação do projeto, desde a primeira fase (Junho/ 2009 – Dezembro/ 2011) e salientou as diferenças fundamentais inerentes ao crescimento e maturação do projeto.

O MISP geração autarquias propõe um novo modelo de trabalho, criar equipas de mediação intercultural na mesma base, no pilar da mediação intercultural como pilar de coesão social. Foram assim criadas as equipas de mediação intercultural, tendo como parceiras privilegiadas as Câmaras municipais.

Este projeto, promovido pelo ACIDI, conta com treze entidades parceiras, quatro equipas de mediação intercultural, integrando vinte agentes de mediação intercultural e tem a duração de Maio de 2012 a Abril de 2014, sempre na expectativa de renovações sucessivas.

A filosofia deste projeto, resulta dos ensinamentos do Professor Giménez, se queremos que os projetos tenham sustentabilidade e perdurem nos locais após a saída dos projetos, é necessário que os projetos não tenham só destinatários, mas sim protagonistas.

O MISP segunda geração contempla a figura do Concelho Local de Acompanhamento do projeto, formado pelos parceiros do projeto - ACIDI, autarquia e associações parceiras - que tem como objetivo fazer com que todos os parceiros do projeto participem ativamente na definição do projeto, no plano estratégico, no plano de ação e de reunindo regularmente ver até que ponto o plano de ação está a ser adequado ou não, se é possível fazer alterações, no fundo é ir acompanhando e monitorizando o projeto.



**Carlos Giménez**, Catedrático de Antropologia Social da Universidade Autónoma de Madrid e Diretor do Instituto de Migrações, Etnicidade e Desenvolvimento Social da Universidade Autónoma de Madrid, lançou algumas questões e ideias para serem debatidas ao longo do dia: “Como pode a mediação, sobretudo a mediação intercultural contribuir para a construção de cidades interculturais?”; “A Amadora é uma cidade intercultural?”; “Quando uma cidade tem imigrantes já é uma cidade intercultural?”

Foram abordados pontos importantes para superar as questões da exclusão. No que concerne à mediação intercultural, descreveu como definição correta, válida e consensual que a “Mediação é um sistema alternativo de resolução de conflitos, uma metodologia, uma prática alternativa ao sistema judicial, colaboradora do sistema judicial para resolver os conflitos”; mas acrescentou que faz falta um conceito mais amplo; a mediação não é só a resolução de conflitos, mas a sua prevenção e a regulação; é também um sistema para facilitar a comunicação, o diálogo, a participação social.

Neste painel, destaque ainda para a apresentação do livro “*Transcultural Skills for Health and Care, Standards and Guidelines for Practice and Training*” por **Chiara Pusseti e Francesco Vacchiano**, editado pelo Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA, ISCTE/UL).

Resulta da cooperação de nove parceiros de cinco países europeus (Itália, Portugal, França, Eslovénia e Noruega) no âmbito do projeto “T-Share – Transcultural Skills for Health and Care” e apresenta orientações teóricas e metodológicas, bem como ferramentas que podem ser utilizadas pelos interessados, desde instituições, profissionais de saúde, etc., por forma a contribuir para superarem as lacunas existentes no acesso aos respetivos serviços.

## **Painel II – Construção de cidades interculturais: Um desafio para as autarquias**

Destaque para a participação dos autarcas da Amadora, vice-presidente **Carla Tavares**, de Cascais, vereador **Frederico Almeida**, de Loures, vereadora **Sónia Paixão** e de Setúbal, a presidente **Maria das Dores Meira**, numa mesa redonda moderada pela jornalista **Conceição Queiroz**, onde foram apresentados exemplos de boas práticas de integração social e mediação.

Quatro Municípios que integram o Projeto MISP, com realidades e experiências distintas, que partilham em comum a convicção de que a mediação é uma chave importante para a integração social e a interculturalidade.

Nesta mesa redonda, Carla Tavares sublinhou que uma das grandes apostas da autarquia é a educação, integrando-a na questão da integração social, apresentou como exemplo a Orquestra Geração, salientando que este é um trabalho não só da Câmara, mas dos privados e é essencialmente um trabalho da Rede Solidária que tem estado disponível para trilhar este desafio.



### Painel III – O papel das associações no fortalecimento das relações interculturais

No terceiro e último painel **António Carlos Silva**, Presidente da Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde (AJPAS) e Coordenador da Unidade de Saúde Pública do ACES VII (Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VII – Amadora), **Sandra Barros Delgado**, Presidente da Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude e **Iulia Stoler**, Adjunta do Presidente do Centro Cultural Moldavo, partilharam as suas experiências, a vivência diária e o investimento das associações nos processos de integração e adaptação dos imigrantes na sociedade portuguesa, bem como o envolvimento das respetivas instituições no Projeto de Mediação Intercultural.

Em comum, as diferentes instituições salientaram a forma como as associações de imigrantes têm desenvolvido desde sempre um papel fundamental na integração na sociedade de acolhimento, através da mediação, não só cultural, mas social, económica e política; a importância do trabalho em parceria e em rede e a mais-valia do trabalho de proximidade.

### Conclusões

As conclusões resultantes dos trabalhos desenvolvidos pelos grupos de discussão na área da educação, saúde e mediação comunitária, foram apresentadas por **Dautarin da Costa**, Sociólogo e Mediador no Agrupamento de Escolas da Apelação/ Loures, **Beatriz Padilla**, Socióloga, Investigadora Sénior no Centro de Estudos de Sociologia (CIES), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE/IUL) e Coordenadora do ELARP (Europe and Latin America Research Program) e **Teresa Martins**, Fundação Aga Khan, Programa “Mira Kapaz”.

Foi reconhecida a importância do mediador como agente de promoção de mudança positiva, criação de oportunidades de crescimento.

A mediação foi caracterizada como uma teia, uma ponte, um pilar, centrada nas pessoas, no grupo, um processo dinâmico, contínuo, com sucessos e insucessos, aberto, onde eu dou e recebo, mas o que dou e recebo é mais alto que a soma das nossas experiências, é muito mais que a soma, é quase multiplicado. É uma apropriação das pessoas, dos processos e das vivências, é festa e celebração, mas, é sobretudo um processo onde o mais importante não é o encontro, mas é o reencontro; é fazer com que as pessoas voltem a ter disponibilidade para voltarem a reencontrar-se em prol de um projeto comum de vida e de comunidade.

Foram apontados alguns riscos, vulnerabilidades e barreiras, acrescidos no contexto da saúde e escolar: desemprego, horários de atendimento, falta de infraestruturas de apoio, barreiras de género, sobretudo no caso das mulheres, o divórcio entre o conhecimento científico e as crenças da comunidade entre outros.

A saúde tal como a educação, apresentam no entanto vantagens de intervenção porque permitem a identificação de outros problemas paralelos, sejam familiares, pessoais, sociais e de toda a comunidade.

Para concluir o **professor Carlos Giménez Romero**, defendeu que no processo de construção de cidades interculturais, a mediação não é apenas necessária, mas sim, imprescindível. Este processo é feito por todos nós, pelas comunidades, e por cada um de nós.



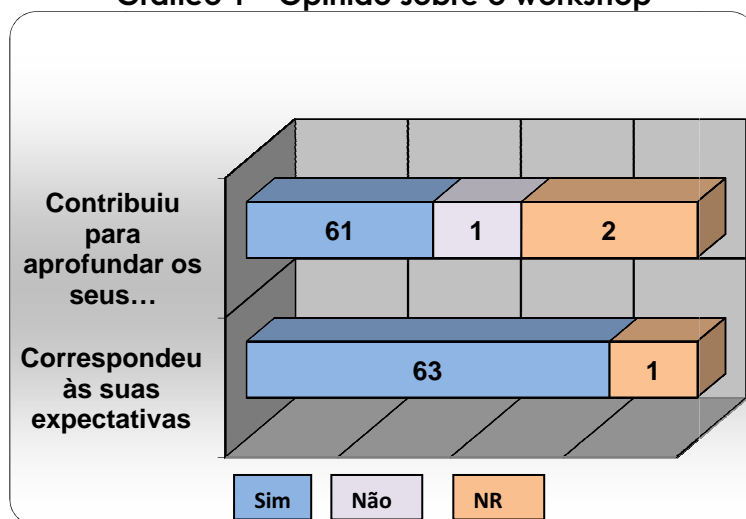
Defendeu que o principal é a luta contra a desigualdade, contra a pobreza, contra a injustiça, senão a interculturalidade, a mediação, a dinamização estão bem, mas não transformam o mundo porque são pequenas coisas e num mundo de enormes desigualdades, deve haver compromisso na busca de igualdade entre os seres humanos.

### Participantes

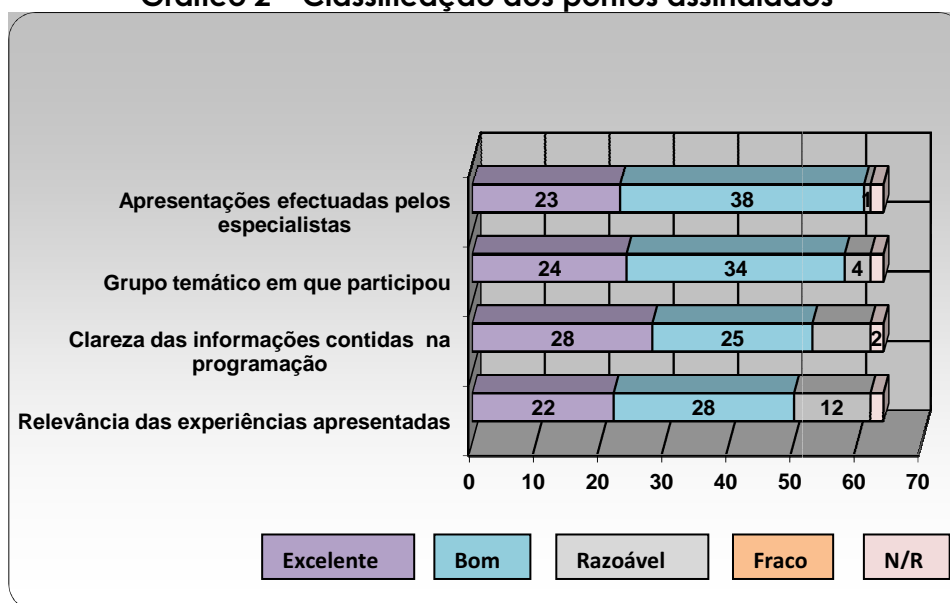
Esta iniciativa contou com 160 participantes (peritos, políticos, associações de base local, ONG's, profissionais de saúde e de educação, universidades e outros interessados na temática).

De entre estes, 64 preencheram o questionário de avaliação (54 mulheres, 9 homens, 1 N/R, com idade até 30 anos, 36%; de 31 a 50 anos, 50% e igual ou superior a 51 anos, 14%) o que permite uma visão global sobre as suas opiniões e comentários, conforme gráficos e quadro que se seguem:

**Gráfico 1 – Opinião sobre o workshop**



**Gráfico 2 – Classificação dos pontos assinalados**



### Quadro1 – Comentários

Foi bem organizado. Parabéns à organização pelo cumprimento do horário (4 Comentários).
O fórum superou as minhas melhores expectativas.
Foi um evento relevante, tendo em conta o cenário de crise que estamos a viver.
Parabéns à Câmara Municipal da Amadora, foi excelente o encontro e um bom exemplo para todos os presentes.
Muito bom o contributo do Professor Carlos Giménez.
Este fórum foi uma mais-valia para a educação, ficamos a conhecer melhor as instituições e o seu trabalho.
Importante para o desenvolvimento de projetos na área da educação intercultural.
O fórum de mediação constitui um meio de partilha de conhecimentos, experiências que nos são úteis para acompanhar as diversas famílias.
Considero que o tema apresentado foi de grande importância em matéria de conhecimento e de inspiração para o trabalho que desenvolvo com a comunidade.
Parece-me de extrema importância estas iniciativas, uma vez que sensibilizam para a importância e a forma como a intervenção comunitária acontece e a importância da mediação neste âmbito.
Considero que estes espaços de diálogo e partilha multidisciplinar são extremamente importantes para a capacitação das diversas áreas na intervenção prática nos contextos. Os grupos de discussão são uma forma muito produtiva de trabalho. Penso que deveriam ser repetidos, talvez aplicando metodologias específicas de focus group, mas com mais tempo para o debate.
Penso que este tipo de ações devem ser feitas mais vezes, para que o papel do mediador fique mais claro para o nossa sociedade.
Gostaria de frequentar mais iniciativas deste género e que as mesmas fossem publicadas no site da Câmara Municipal da Amadora.
Aconselho a multiplicar, fazer mais. Gostei da organização. Partilhei ... aprendi.
Adorei! Gostava que estes fórum's acontecessem com mais frequência.
Fórum muito importante que deve ser repetido noutras autarquias e em anos seguintes. As conclusões e apresentações deveriam ser também disseminadas em livro de atas online.
Foi bom! Pena que as propostas para a mesa não tenham chegado a todas as instituições! Seria muito bom que voltassem a organizar outro fórum com outras e novas experiências. Seria interessante também que se perdesse menos tempo com almoços e se almoçasse no local do evento.
Podíamos ter partilhado e feito mais trabalho em rede se o almoço fosse no local da conferência. Pedimos que nos enviem, se possível, os power points e textos das comunicações e conclusões. Sugiro que para a próxima se convidem outras associações culturais.
Evento muito interessante, a repetir dinâmica. Deveria ter contido almoço convívio (não refiro oferecido), isso iria promover a mediação. Pouca luz na sala; a sala tinha elevado teor de pó (não sou alérgica a pó/ ácaros, mas notou-se dificuldade na atmosfera/ cheirava a pó e algumas pessoas demonstraram irritação na garganta).
Adorei a apresentação do Professor Giménez, extremamente relevante e todos precisamos de aprender os conceitos de base. Este encontro devia ter sido de dois dias, aproveitando o espaço de debate público. Esperamos que seja uma oportunidade regular (de três em três meses, por exemplo) para a construção de diálogo e não, simplesmente, um Fórum pontual!
Este tipo de fórum são experiências que devem continuar a ser realizadas, pois precisamos de ter outras opiniões; a realidade pode ser vista sobre outros aspetos que por vezes não vemos e as soluções também poderão ser mais adequadas.
Este fórum contribuiu para tirar umas dúvidas sobre a mediação em relação à educação. É de continuar mas sempre de mãos dadas e sempre com o mesmo espírito associativo.
Gostei muito da iniciativa. Penso que permitiu, não só discutir algumas ideias importantes relativas à mediação intercultural, ao papel dos mediadores e às premissas dessas práticas, mas também partilhar experiências e conhecer outros profissionais/ atores que se preocupam com estas questões.
No âmbito deste fórum tive conhecimento de algumas técnicas de mediação diferente da que faço. Também pude reparar que alguns técnicos têm falta de conhecimento do papel do mediador.
Sugeria que em eventos futuros fosse dedicado mais tempo para debate, em especial da parte da tarde.
Foi atribuído pouco tempo ao Professor Giménez, pois a sua exposição foi extremamente importante e interessante, mas não suficiente para convencer todos os presentes da importância da mediação intercultural.
Podiam ter sido convidados oradores para a parte da tarde mais ativos e com exemplos melhor trabalhado. Considero, contudo que, no seu todo, o fórum esteve muito bem organizado.

## Anexo 1



A Europa na minha cidade  
2012



## Abertura

### **Carla Tavares, Vice-Presidente da Câmara Municipal da Amadora**

Muito bom dia a todos! Sejam bem-vindos à nossa cidade da Amadora!

Um cumprimento muito especial à senhora Alta Comissária que nos desafiou, ou nos tem desafiado, ao longo dos anos para este processo da mediação intercultural e que desde a primeira hora se disponibilizou para organizar, juntamente com o Município, este nosso encontro sobre **“Mediação, um caminho para a construção de Cidade Interculturais”**.

Cumprimentar e agradecer também a disponibilidade de todos os oradores e mediadores. Um cumprimento muito especial ao Professor Carlos Giménez da Universidade Autónoma de Madrid, muito obrigada pela sua presença, é muito importante para nós e para este projeto poder contar hoje com a sua presença neste nosso Encontro.

Agradecer a presença de todas as Associações aqui presentes.

Senhor Deputado Municipal, muito obrigada pela sua presença.

Vamos ter um dia longo e acredito que muito importante para a cidade da Amadora, onde as questões da interculturalidade estão sempre na ordem do dia, até porque atendendo às características do nosso concelho e nós referimos isso muitas vezes, é uma realidade, não tendo nós um grande património; não temos floresta, não temos mar, não temos um grande património e por isso, naturalmente, o nosso maior património são as pessoas e a diversidade que este Concelho encerra dentro destes pequenos 24 km<sup>2</sup> e por isso, naturalmente, todas estas questões para o Município da Amadora são um desafio constante e são uma preocupação de toda a área política, não só uma preocupação da força política que governa a cidade, é uma preocupação de todos que tem sido partilhada por todas as forças políticas que têm assento no Município e, naturalmente, também uma palavra para as instituições que ao longo dos anos têm trabalhado connosco através dos Mediadores, que nesta fase e neste projeto atual estão a trabalhar connosco na Câmara, dando apoio e suporte a diversas áreas do Município, desde a área da educação, a área da saúde, nas questões da habitação. São para nós uma ferramenta imprescindível num conjunto de desafios que diariamente levamos pela frente e que são muitos numa cidade, como já disse, com as características da Amadora.

Terei oportunidade, juntamente com o meu e as minhas colegas dos outros Municípios: Setúbal, Loures e Cascais, que aqui na Área Metropolitana foram desafiados, e muito bem, pela senhora Alta Comissária para esta intervenção na área da mediação intercultural e termos oportunidade, no painel das onze e trinta, partilhar aquilo que são as nossas experiências, aquilo que são as nossas angústias também, porque também as temos e temos muitas.

Neste momento não me alongaria muito mais e daria de imediato a palavra à senhora Alta Comissária.

Muito obrigada pela vossa presença!



## **Rosário Farmhouse, Alta Comissária para a Imigração e o Diálogo Intercultural**

Muito obrigada! Muito bom dia a todas e a todos!

Um cumprimento também muito especial à senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal da Amadora por acolher esta iniciativa.

É para o ACIDI um grande prazer estar aqui hoje neste Fórum, até porque se insere dentro da Semana Europeia da Democracia Local que tem muito a ver com o papel que a mediação pode ter para o verdadeiro acesso, para a verdadeira democracia participativa, no país inteiro mas em concreto também aqui na Amadora.

Ao longo deste dia vamos poder conhecer melhor o projeto MISP, Mediação Intercultural em Serviços Públicos. É um Fórum que vai partilhar experiências e é por isso também para nós um grande prazer contar com a presença do Professor Carlos Giménez, da Universidade Autónoma de Madrid, que ao longo destes últimos três anos, juntamente com o ACIDI, tem ajudado e muito. Temos muito aprendido com ele, para desenhar e desenvolver este projeto de mediação intercultural, que não é mais do que um projeto de construção da paz, a meu ver. Sem dúvida que faz parte do ADN das políticas de integração e do diálogo intercultural que o ACIDI leva a cabo no país, esta ferramenta da mediação.

Como sabem, a mediação tem sido uma constante no trabalho do ACIDI, quer nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante, que existem desde 2004, quer nos vários projetos que temos, como este projeto em concreto da Mediação Intercultural em Serviços Públicos, que se encontra neste momento na sua segunda geração, ou geração Autarquias, que é um pouco diferente daquele que foi o seu início, mas que teve este crescer natural, que passou de um projeto em que as associações de imigrantes foram desafiar, ou foram identificar, os serviços públicos onde existiriam mais bloqueios para que pudessem haver mediadores interculturais a ajudar nesta relação entre aquilo que são os serviços públicos e a população em geral e foram vinte e oito os mediadores na primeira fase, por muitos serviços públicos.

A geração autarquias quis aprender com todo o caminho que foi sendo percorrido e quis transformar este projeto numa colaboração diferente, com equipas pluridisciplinares onde também um técnico da autarquia ajuda a que esta equipa possa ser muito ativa e possa participar nas diferentes áreas que a senhora Vice-Presidente teve oportunidade de falar.

Na Amadora são cinco mediadores. Em Loures, Cascais e Setúbal são mais quatro em cada. São cerca de vinte mediadores interculturais que temos no seu todo e é sem dúvida um projeto que tem permitido com que possa ser multiplicador das pontes que queremos construir porque ajuda a desconstruir as barreiras que vão surgindo entre os serviços públicos e as comunidades imigrantes, mas também entre cada um de nós porque muitas vezes não são só as barreiras visíveis que são a língua ou que podem ser culturais mais visíveis, há muitas barreiras invisíveis que precisamos que alguém nos possa ajudar a descodificar.

É esse que tem sido o trabalho que o MISP tem feito ao longo deste tempo, espero que possa continuar a fazer, que sem dúvida seja um exemplo de construtor também de cidades interculturais, porque o modelo intercultural é o modelo que Portugal definiu para gerir a diversidade cultural e é o modelo, como já disse, que ajuda a construir a paz e precisamos tanto, cada vez mais de nos compreender



melhor, de nos entender melhor e de aproveitar aquilo que cada um de nós tem de bom, como também já foi referido, que são as pessoas, que são esta diversidade e espero que este dia possa ser repleto de experiências, de partilhas, de aprendizagens e que possamos continuar a mostrar que a mediação nas suas diversas formas, a Amadora também já teve outras formas e até Portugal já começou por outras entidades anteriormente, mas que esta mediação intercultural que temos vindo a definir com a ajuda do Professor Carlos Giménez possa ser a ferramenta útil para a coesão social e para a igualdade de oportunidades.

Desejo um ótimo Fórum! Muito obrigada a todas e a todos!



A Europa na minha cidade  
2012



## I. Mediação Intercultural em Serviços Públicos

### **Carla Martingo, Coordenadora do Projeto de Mediação Intercultural em Serviços Públicos – MISP, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural**

Muito bom dia!

Antes de mais queria agradecer a oportunidade que temos de estar aqui a apresentar o Projeto de Mediação Intercultural em Serviços Públicos, o MISP, que vai agora na sua segunda geração.

Vou fazer uma apresentação muito breve do projeto porque penso que a riqueza deste painel vai estar sobretudo na experiência do Professor Carlos Giménez, a mediação intercultural e no fundo, todo aquele ensinamento que ele nos tem dado e que nos permitiu construir este projeto que agora vos vou apresentar.

Esta fase do projeto só foi possível porque houve uma primeira fase, uma fase piloto, que decorreu entre Junho de 2009 e Dezembro de 2011, como a senhora Alta Comissária referiu, foi uma altura em que foi lançado um desafio às associações de imigrantes para identificarem nas suas áreas geográficas de influência, serviços onde a mediação intercultural era necessária.

O projeto na altura tinha como objetivos:

- A afirmação do princípio de interculturalidade enquanto pilar da coesão social através da colocação de agentes de mediação intercultural em serviços públicos. Nesta fase os agentes eram colocados em serviços públicos, como se pressupõe; eram acompanhados no serviço público pela figura de um enquadrador que era uma pessoa que no serviço acompanhava e ajudava a integrar o mediador, quer no serviço, quer depois na relação com os utentes.
- O segundo objetivo era a construção do perfil do/a agente de mediação intercultural. Perfil, esse que já foi construído, já foi apresentado a universidades e está numa fase de se tentar perceber até que ponto as universidades podem pegar nele e fazerem disto uma nova área de investimento ao nível do ensino superior.

Como a senhora Alta Comissária referiu, foi um projeto que iniciou com vinte e oito mediadores, que foram colocados por onze parceiros, que eram associações de imigrantes e uma entidade, uma ONG, que trabalhava com imigrantes também. Terminou com dezassete mediadores e cinco associações.

A maior parte dos serviços onde havia uma maior necessidade de mediação intercultural eram serviços de saúde e sobretudo aqui no Concelho da Amadora, essa necessidade foi a mais premente, tanto é que uma das entidades que continua nesta fase do projeto é a AJPAS, é uma das parceiras nesta fase e responsável por parte dos mediadores colocados na área da saúde.

O MISP geração autarquias propõe um novo modelo de trabalho, ou seja, criar equipas de mediação intercultural na mesma base, no pilar da mediação intercultural como pilar de coesão social, isto porque, uma das fraquezas na primeira fase de facto é, os mediadores estarem muito sozinhos e pese embora o excelente trabalho dos enquadradores havia alguma falta de suporte em termos do trabalho de equipa que é fundamental na sua interação no terreno.



É nesse sentido que são criadas as equipas de mediação intercultural, tendo como parceiras privilegiadas as Câmaras municipais, Câmaras Municipais essas que estiveram presentes na primeira fase do projeto. Portanto, quer parte das associações, quer das Câmaras já conheciam o MISP da primeira fase.

Um segundo objetivo, este já mais ambicioso, requer também um outro envolvimento por parte das equipas que é melhorar a qualidade de vida das comunidades, promover novas relações de convivência intercultural construtivas e transformadoras e contribuir para o desenvolvimento local e a coesão social.

O projeto encontra-se estruturado em três eixos de intervenção.

- O primeiro eixo: Apoio a profissionais e instituições, no fundo é estabelecer pontes. O mediador não vai substituir nenhum profissional na sua atuação, ele vai acompanhar as pessoas a acederem aos recursos e no fundo permitir que o diálogo se estabeleça e que os problemas se resolvam. O mediador aqui é sempre uma terceira parte, não é uma parte interessada na situação. Neste eixo de intervenção enquadra-se o apoio a profissionais, instituições inseridas nas comunidades potenciando os tais canais de comunicação e entendimento entre profissionais e cidadãos. Isto ao nível de respostas verbal ou escrita, acompanhamento de casos específicos, traduções ou mesmo interpretações culturais.
- O segundo eixo de intervenção: Participação social e cidadã. Neste eixo, no fundo o objetivo é fazer com que as comunidades imigrantes participem na vida, neste caso do Município. No fundo fazê-las participar na construção daquele que é o seu bem comum para melhorar a sua própria condição de vida.
- O terceiro eixo: Convivência intercultural e com convivência queremos mesmo dizer que todas as comunidades que residam no Concelho dialoguem, interajam e tenham espaços comuns onde possam estar todos juntos, independentemente de bagagens culturais distintas. Com este eixo visa-se precisamente promover a cooperação dos distintos protagonistas comprometidos com o território local, gerando uma rede de relações inclusivas e de proximidade entre populações diferenciadas culturalmente, orientadas para a criação, o fortalecimento das conexões positivas e resolvendo/gerindo conflitos, no fundo com o objetivo de promover a coesão social e uma construção da paz social.

O projeto é promovido pelo ACIDI e contamos com treze entidades parceiras, já incluindo o ACIDI.

Nesta fase o projeto aposta muito na parceria, até porque vai criar uma outra estrutura, uma figura que eu vou falar mais à frente, que é a figura do Concelho Local de Acompanhamento do Projeto e todas estas entidades participam ativamente na construção do projeto, na definição do caminho a seguir, a metodologia, definição de objetivos, indicadores e por aí fora. No fundo, não são só meros participantes mais distantes, mas participantes ativos neste processo.

Temos quatro equipas de mediação intercultural, vinte agentes de mediação intercultural nas quatro equipas e a duração é de Maio de 2012 a Abril de 2014, sempre na expectativa de renovações sucessivas e é cofinanciado pelo Fundo Europeu de Nacionais de Países Terceiros, o FEINPT.

Mas porque o MISP é feito de pessoas, vou apresentar aqui a constituição das equipas. Mesmo ao nível da equipa de coordenação, também privilegiamos a



parceria e temos duas associações parceiras na equipa, que é o caso da Associação de Apoio ao Estudante Africano e a Associação Mediar; dois colegas são da AAEA e um da Associação Mediar.

Na equipa da Amadora, no fundo é a anfitriã deste Encontro e a quem agradeço todo o empenha na sua organização, temos a coordenação da Dr.ª Ana Monteiro, da Câmara e depois temos duas entidades parceiras que é a AJPAS e a Associação de Solidariedade Alto da Cova da Moura. Temos os cinco agentes de mediação intercultural e, porque são os colegas da casa passo a ler o nome de todos: Alberto Fragoso, Alípio Sousa, Cláudia Brito, José Rodrigues e Sofia Santos. Em Cascais temos uma equipa de cinco pessoas coordenadas também pela autarquia e temos um parceiro que é o Centro Cultural Moldavo. Em Loures temos dois elementos da Câmara, sendo que um coordena a equipa e duas associações parceiras também, a AMRT e a Prosaudesc. Em Setúbal temos a Câmara de Setúbal na coordenação e um parceiro que é a Associação Edinstvo.

O projeto tem dois níveis de atuação, isto porque se pretendemos de fato transformar qualquer coisa com o projeto temos que trabalhar na base de uma forma estruturada e é nesse sentido que o MISP vai fazer um trabalho de levantamento de necessidades, definir um plano estratégico de intervenção, definir prioridades de intervenção, sob o risco de se isso não for feito acabam por estar a ter que *atender fogos*, acabam por não ter um trabalho que depois pode ser sustentável no tempo.

Temos então esse nível de atuação mais estruturado e um nível que nós chamamos tipo SOS, porque naturalmente pode haver necessidade dos mediadores no Concelho e claro que não vai ser deixado sem resposta. Não será o nível de intervenção prioritário no projeto, mas claro que as pessoas que solicitarem a colaboração da equipa serão atendidas nesse sentido; pode ser a nível da gestão de um conflito, pode ser dificuldade no acesso a um recurso, pode ser no apoio a profissional que vê-se de repente com um utente estrangeiro e não sabe como trabalhar. Portanto, há uma série de situações que podem ocorrer.

Uma filosofia deste projeto e que bebemos muito da experiência do Professor Giménez, dos seus sábios ensinamentos, é que queremos que os projetos tenham uma sustentabilidade e perdurem nos locais após a saída dos projetos, é que os projetos não tenham só destinatários, mas sim protagonistas. A partir do momento que as pessoas se apropriam do projeto, a partir do momento que as pessoas integram uma forma de trabalhar diferente, onde não excluem ninguém e todos participam dessa intervenção, a partir do momento em que o MISP eventualmente um dia saia, as pessoas estão capacitadas para elas próprias resolverem as suas questões e resolverem os seus problemas.

Os protagonistas deste projeto são:

- Em primeiro lugar os cidadãos e as cidadãs do Município;
- As estruturas formais e informais da sociedade civil, isto porque nem sempre as estruturas organizadas são aquelas que são mais ativas em determinados locais. Muitas vezes as redes informais são quem tem uma capacidade de intervenção em determinados territórios;
- As Entidades parceiras e como entidades parceiras temos Câmaras Municipais, Associações e Conselhos Locais de acompanhamento do projeto;
- Os recursos técnicos locais e aqui temos as equipas locais de mediação



intercultural;

- E equipa central do projeto.

Como referi há pouco, temos no MISP segunda geração a figura do Concelho Local de Acompanhamento do projeto que tem como objetivo, no fundo, fazer com que todos os parceiros do projeto participem ativamente na definição do projeto, no plano estratégico, no plano de ação e de reunindo regularmente ver até que ponto o plano de ação está a ser adequado ou não, se é possível fazer alterações, no fundo é ir acompanhando e monitorizando o projeto. Quem faz parte deste concelho Local são os parceiros do projeto, como será o ACIDI, será a autarquia e serão representantes das associações parceiras. Pode haver interesse, caso se sinta necessidade, em determinados territórios convidar outras entidades para integrar o projeto, o Concelho, sempre que valorize o projeto.

Falar em agentes de mediação intercultural, sobretudo na primeira fase, os colegas que estiveram na fase piloto defrontaram-se com diversos problemas e um deles era quando lhes perguntavam “O que é que faz o agente de mediação intercultural?” Muitas vezes tinham dificuldades em explicar, ou então se explicavam não se faziam compreender.

A função do agente de mediação intercultural e todas estas tarefas que vou referir surgem muito com base na sua prática e num perfil que foi sendo criado durante a fase piloto – “O que é que faz um agente? Quais as suas tarefas?”

- Prestar apoio aos profissionais e instituições, potenciando canais de comunicação e promovendo a adequação institucional e aqui a adequação institucional é muito importante porque a partir do momento em que se identifica que uma determinada instituição tem uma prática menos boa em acolher por exemplo cidadãos imigrantes, se se trabalhar essa instituição futuramente deixa de ser já um bloqueio no processo de integração;
- Assessorar os agentes sociais na sua relação com os grupos de pertença, grupos minoritários, em temas de interculturalidade, diversidade cultural/étnica/religiosa e relações intercomunitárias;
- Apoiar os/as cidadãos/ cidadãs no sentido de fomentar a capacitação individual;
- Facilitar o acesso aos serviços públicos e recursos públicos e privados;
- Prevenção, mediação e resolução de conflitos;
- Apoiar todos os protagonistas para que se organizem, utilizando os recursos existentes, valorizando novos recursos e procurando outros recursos programas, projetos que deem resposta às necessidades identificadas, sobretudo neste período em que vivemos, onde há mais dificuldades económicas, há que potenciar o que existe. No fundo há que deixar de trabalhar de costas voltadas e automatizar recursos financeiros, materiais e humanos;
- Fomentar a aproximação, a comunicação, a articulação e relação entre os diversos recursos existentes na comunidade, na procura de respostas de forma a integrar as necessidades dos cidadãos.

Para nós, nós ACIDI e nós projeto, de facto, o MISP é um contributo para as cidades interculturais.

Muito obrigada!

**Carlos Giménez Romero, Catedrático de Antropologia Social da Universidade Autónoma de Madrid e Diretor do Instituto de Migrações, Etnicidade e Desenvolvimento Social da Universidade Autónoma de Madrid**

Bom dia a todos!

Estou muito contente por estar de novo em Portugal e na Amadora!

Muito obrigada pelo convite à Câmara Municipal da Amadora, é um lugar que vou conhecendo com a equipa do projeto, com quem tive algumas reuniões.

Muito obrigado também ao Alto comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Dizia a Alta Comissária que tem aprendido comigo, mas eu aprendi mais com eles ao longo destes anos. O ACIDI está na vanguarda, como uma boa prática na Europa e tem sido um prazer estes anos de colaboração, porque o ACIDI é das entidades que tem mais claro e é mais coerente com o diálogo, com a interculturalidade, com a cidadania. Há lugares na europa que estão mais atrasados, é mais difícil.

Muito obrigada ao meu colega Daniel Seidan do Instituto de Imigração da Autónoma pela ajuda que me deu a preparar esta conferência e na tradução da apresentação para português.

Parabéns à Câmara Municipal da Amadora e ao ACIDI por nos convidar a refletir sobre uma questão mundial que é como vamos construir as cidades interculturais. Isto é uma preocupação em Hamburgo, em Londres, em Bombaim, em todos os lugares urbanos do mundo. Cada vez há mais diversidade e em época de crise económica, de crise institucional, de crise política, possivelmente de crise de valores, torna-se mais importante, mais relevante a questão que colocaram e vou responder com a minha humilde opinião sobre este tema – *Como pode a mediação, sobretudo a mediação intercultural contribuir para a construção de cidades interculturais?* – Esta é a questão do dia. Vou lançar algumas ideias para que depois possamos debater ao longo do dia.

Para responder a esta questão precisamos primeiro de definir o que é uma cidade intercultural. A Amadora é uma cidade intercultural? Quando uma cidade tem imigrantes já é uma cidade intercultural? Não; é uma cidade com diversidade. Para ser uma cidade intercultural faz falta algo muito mais exigente.

Uma vez que definamos o que é uma cidade intercultural vamos ver a mediação, principalmente a intercultural e o que pode fazer. Vamos começar por definir o interculturalismo, baseado no próprio conceito do ACIDI, porque o ACIDI tem este conceito bem claro.

Como questionamos a diversidade religiosa, étnica, cultural, política, de sexos, de idade, de subculturas, como vamos organizar isto no mundo? É uma pergunta prática e que cada vez tem mais força no mundo.

Dizia um antropólogo da comunicação há 15 anos, que o tema da diversidade era um tema interessante para os antropólogos, mas eu diria que é um tema de sobrevivência da humanidade – ou nos entendemos, ou não nos entendemos e as cidades cada vez são mais diversas.

Algumas ideias de inclusão. Estas ideias de inclusão são a contestação aos múltiplos



modelos de exclusão da história da humanidade. Na Europa atual e em Portugal e Espanha atuais há muita exclusão, discrimina-se, segrega-se, elimina-se o outro. Que podemos fazer? Parece haver dois caminhos: a homogeneização e a assimilação. O emigrante deve ser português e sobretudo português. Uma certa assimilação é importante porque está-se noutro país, deve falar-se a língua desse país, respeitar-se as suas normas e constituição, deve compreender-se a sua cultura e deve fazer-se com que a cultura maioritária seja a dos seus filhos, para que tenham êxito social.

Mas esta é uma meia verdade, a assimilação custa porque pressupõe uma perda cultural, perda de identidade, quebra de identidade, a dignidade cultural, linguística e religiosa das pessoas. As pessoas de Cabo Verde, Angola, Moçambique e de outros lugares como a Moldávia, Rússia ou Roménia não têm porque ser portugueses como os portugueses que o são desde sempre, ao longo de toda a sua vida; podem ser novos portugueses, são perfeitamente compatíveis as culturas.

Os racistas europeus, por exemplo o sr. Le Pen e muitos outros defendem que as culturas são incompatíveis. Pode-se ser árabe ou muçulmano na Arábia ou em África, mas não se pode ser em França. Sim, pode perfeitamente ser-se árabe, muçulmano, democrata e europeu. Isto não é assimilação. Qual é a alternativa? O pluralismo. A sociedade, o ser humano, a natureza, o universo é plural, não é único; nada pode impor um valor, uma religião, uma língua. Então construamos uma cidade plural. Amadora, Cascais, Loures, Setúbal, devem ser plurais. Então qual é a unidade? Como se cria a coesão social do pluralismo? Com que identidade? Com que aspetos comuns?

Durante os anos 60, 70, 80 do século passado colocou-se em marcha a prática do multiculturalismo. As políticas públicas multiculturais do Canadá, da Holanda, da Nova Zelândia, da Austrália, da Bélgica, do novo Portugal democrático, da nova Espanha foram colocadas em prática.

O multiculturalismo não é o mesmo que a multiculturalidade. A multiculturalidade é uma diversidade feita. O multiculturalismo é uma proposta, é um dever ser, é algo axiológico de valor. E o que propõe o multiculturalismo? Uma sociedade em que sejamos iguais e diferentes. Iguais perante a lei, no trato, em direitos, em deveres, em oportunidades, mas diferentes na forma de viver, nas convicções, no estilo de vida, nos valores. Bonita ideia mas também fracassou e o assimilacionismo francês fracassou, o multiculturalismo britânico, fracassou. Ambos esperam muito, ambos são bons, positivos, interessantes, mas falta algo. Querendo respeitar a diversidade acaba-se, na prática, por exagerar a diversidade. O outro acima de tudo é uma pessoa, o que significa dignidade, igualdade.

Temos que ser iguais, diferentes mas sobretudo temos que gerar espaços de igualdade, de respeito, de colaboração, de aprendizagem mútua, de diálogo. Esses espaços não se vão criar espontaneamente, têm que se induzir pelas autoridades, pelos líderes, pelos cidadãos, há que construí-los para que as pessoas interajam, se conheçam, se apreciem, se estimem porque ao estimar o outro e conhecendo-o os preconceitos, os estereótipos desaparecem. Então uma definição sintética de interculturalismo pode ser " [...] nova expressão dentro do pluralismo cultural que, afirmando não unicamente o diferente mas também o comum, promove uma praxis geradora de igualdade, liberdade e interação positiva nas relações entre sujeitos individuais ou coletivos culturalmente diferenciados."

A sociedade deve ser assim, uma sociedade de igualdade, de respeito, de



interação positiva, de colaboração. Esta é uma proposta sociopolítica porque num marco político de não liberdade e de discriminação não pode existir interculturalismo e ética, porque toca no mais profundo da ética pessoal e de cada um de nós. O princípio da igualdade está conectado com convivência, tolerância, cidadania, integração e implica muitos compromissos, por exemplo se uma cidade como Amadora, Cascais, Loures, Setúbal quer ser intercultural, primeiro tem que superar a exclusão, se há exclusão não é possível a interculturalidade.

Não é só organizar festas interculturais, mercados interculturais, revistas interculturais; se há exclusão na convivência em casa, na escola, o interculturalismo é impossível. A igualdade pressupõe não ser assimilacionista.

Se estamos convencidos que a Europa é superior a África não é possível e muitos europeus estão convencidos; olham para os africanos como pobre e preguiçosos. Olhemos um pouco para Angela Merkel, ultimamente ao lermos os periódicos alemães, Portugal, Espanha, Grécia, preguiçosos, corruptos, perdem o tempo, não são perfeccionistas como eles. Cuidado com a superioridade; a Europa é plural, cada um acrescenta uma coisa ou outra, não há inferiores nem superiores, apesar de haver pessoas que estão convencidas que são superiores. Esta posição, como muitas, é assimilacionista, mas não intercultural e pressupõe uma igualdade de direitos, mas, todavia a preposição sociopolítica e ética do interculturalismo pressupõe, pelo princípio do respeito ao outro, não exagerar a diferença.

Quando numa escola na Amadora têm crianças de outros países, não lhes recordem todos os dias que são de outros países, tratem-nas como meninos e meninas que são, sejam da China, de África ou da Europa, as crianças são todas iguais. Respeitar a sua cultura, não é recordar-lhe todos os dias na escola a sua cultura de origem, porque isso não é educação intercultural, é estrangeirização das crianças.

Faz falta relacionar sempre a conexão entre diferenças e igualdade. Cuidado porque a estratégia é reproduzir a desigualdade, justificando-a pela diferença. Cada um vive de acordo com a sua cultura; há pessoas que vivem em guetos, em barracas porque é a sua cultura. Não... por favor, não há nenhuma cultura no mundo que goste de viver em barracas. Se vive em barraca é porque não tem dinheiro, isto não é cultura. Há pessoas que dizem que uma cultura é muito machista; é a pessoa é que é machista. A cultura árabe é mais machista e a europeia menos. Eu conheço muitos europeus que são machistas; não é a cultura, é a pessoa. Mas o mais importante, todavia, é o princípio da interação positiva que implica identificar os interesses comuns: quem é, o que preocupa as pessoas, o coletivo das diferentes culturas pressupondo o desenvolvimento, o bem-estar, o exercício dos direitos, o estado de direito, a democracia. Portanto a interação supõe estabelecer alianças, há que unir as mulheres de todas as culturas para que defendam a igualdade de género; há que unir os jovens das diferentes culturas para que promovam a inserção laboral adequada da juventude.

Até agora trabalhámos num ideal possível, uma utopia, mas muito prática: a interculturalidade. Vamos aplica-la à cidade – como entender a cidade intercultural? Uma cidade intercultural é aquela em que aplicando o marco concetual, ideológico anterior, primeiro, predomina os discursos, políticas e práticas de igualdade e não discriminação. Agora pode-se perguntar no em concreto, na Amadora predominam discursos, políticas e práticas de igualdade e não discriminação? Artigos 1 e 2 dos Direitos Humanos, de 1948. Se não há isso numa



cidade, a interculturalidade é culturalism, etnicismo, folclore, aditivo etnico, mas não pode ser interculturalidad, porque falta a igualdade.

Segunda exigência, segundo compromisso, nessa cidade, nesse bairro, nesse distrito, nessa freguesia valoriza-se a diversidade como algo positivo, se celebra como patrimônio de todos? Eu português sinto orgulho de que em Portugal haja ciganos? Não, eu português, gosto de Portugal, mas sem ciganos; então ... não é possível. E os ciganos deveriam dizer, sinto-me cigano e português, gosto da cultura não cigana e gosto de Portugal com toda a sua diversidade, de Bragança, de Évora, etc. Existe isto? Todos os espanhóis estão orgulhosos de que haja catalães, bascos, castelhanos? Não. As iniciativas de interesse geral - projetos comuns de emprego, de desenvolvimento, de comércio, etc - enriquecem-se com a diversidade.

A diversidade não é um problema, é uma riqueza; já não é um problema a escola diversa, é melhor ter pais de todos os países, porque assim a escola pode ter mais renovação pedagógica, mais interesse, mais validade; transformámos a diversidade não num problema, mas numa oportunidade.

E finalmente o mais importante, inverte-se ideias e recursos. Ideias... que poucas ideias há agora na Europa; quanto mercado, quanta ajuda, quanto resgate, ideias e recursos económicos, institucionais para criar espaços, onde os indivíduos e grupos possam criar essa relação.

Gostaria de fazer a todos uma pergunta, importante: se a interculturalidade é isto e a cidade intercultural seria assim, como vamos fazer sem mediação? A tese que mantenho é que é impossível. Faz falta uma vida política, políticas públicas, recursos, tudo o que queiram, mas sem cultura mediadora, é impossível e não gosto da palavra impossível. Mas, a mediação não é só necessária, é imprescindível. Vou tentar demonstrar.

Estamos de acordo que para chegar à mediação intercultural necessitamos de uma ideia de mediação ampla, potente. Para as pessoas que não são experts em mediação dir-lhes-ei que no mundo todos os manuais de mediação estão de acordo sobre o que é a mediação, o que é uma boa notícia num mundo plural em que nunca há acordo em nada, mas nisto sim. A frase mítica é "*Mediação é um sistema alternativo de resolução de conflitos, uma metodologia, uma prática alternativa ao sistema judicial, colaboradora do sistema judicial para resolver os conflitos*". Esta é uma definição correta, válida e consensual, mas faz falta um conceito mais amplo; a mediação não é só a resolução de conflitos, mas a sua prevenção e a regulação.

A mediação é um sistema regulador da conflitualidade, prevenindo-a, regulando-a, resolvendo-a. Mas a mediação é também um sistema para facilitar a comunicação, o diálogo, a participação social, etc. é um conceito mais amplo que vos proponho na linha, por exemplo do que trabalhamos com os mediadores do ACIDI: A mediação pode ser entendida como um espaço transicional de diálogo cooperativo com uma terceira parte inicialmente não implicada, abordam de maneira construtiva os diferentes temas que os protagonistas do conflito desejam tratar.

Se entendermos a mediação como um conceito amplo, podemos entender a mediação intercultural, que é a que nos interessa para a cidade intercultural, como



uma das modalidades de intervenção de terceiras partes; também o é o trabalho social, a dinamização cultural, mas em situações simples sociais, quando a multiculturalidade é significativa, então temos a mediação intercultural, diferente da mediação geral, nas partes, nos atores, nos sujeitos que não são iguais, são diferentes; trabalha-se num bairro, numa freguesia, em unidades diferentes em todos os sentidos, na aparência física dos seus bairros, dos seus costumes, dos seus valores. Este é o marco onde trabalha a mediação intercultural e a problemática que estas pessoas têm, o conflito, o receio, está afetado por essa diferença porque há desconfiança, há desconhecimento. Outra diferença da mediação intercultural é que a mediadora ou o mediador também têm uma cultura e têm que saber trabalhar a sua própria bagagem cultural e nós orientamo-los a fazer uma relação intercultural de respeito. Assim surgiu no mundo, nos últimos 20 e tantos anos em vários locais uma nova modalidade de mediação potente, que é a mediação intercultural. Portugal está muito bem situado por muitos motivos, aqui já se fazem coisas há muitos anos. Há outros grupos e outras experiências, mas o ACIDI está a colocar a mediação intercultural num sentido muito interessante, ao nível europeu e latino americano.

Outra tese que mantenho e que creio a nova fase do projeto MISP assumiu, é que a mediação intercultural tem muito mais potencial para a cidade intercultural, Portugal intercultural, se tem um enfoque comunitário, porque a mediação intercultural, familiar, escolar, sanitária, de género, há muitas sub-modalidades, mas o enfoque comunitário dá-lhe muita força e aí surge uma possível definição; é um processo social, inter-étnico de comunicação, diálogo e/ou negociação assistido ou apropriado por uma terceira parte não implicada protagonizada por pessoas, grupos ou instituições étnico-culturalmente diferenciados e pertencentes ou vinculados a uma ou várias comunidades sociais para prevenir, regular ou resolver divergências, desajustes, tensões e conflitos que afetam os tais membros da comunidade e/ ou para melhorar a coesão comunitária, ou a relação com outras comunidades.

Se a Amadora é uma comunidade de comunidades com os protagonistas que a Carla Martingo falou: cidadãos, instituições, profissionais, recursos; essa comunidade deve ter coesão social e para isso necessitamos de uma mediação cultural com enfoque comunitário.

A mediação comunitária tem um contexto, uma finalidade e um conteúdo da mediação interpessoal. A função da mediação intercultural: Facilita a comunicação; Assessora os agentes sociais; Assessora pessoas e grupos minoritários; Promove o acesso aos serviços públicos; Constrói cidadania, Favorece a participação social.

Como pode então contribuir a mediação para a construção das Cidades Interculturais? Sugiro sete ideias:

- Primeiro os mediadores da Amadora, Cascais, Loures, Setubal, podem contribuir apoiando a criação espaços cidadãos de relação; é o que se chama espaços de diálogo, ou relações improváveis. É muito improvável que senhoras de 60 anos, Portuguesas, brancas, venham a ter conversas profundas com mulheres de 50/ 60 anos da Guiné Bissau. Quem sabe se a da Guiné Bissau é doméstica e empregada auxiliar da outra pessoa, em casa, podem falar um pouco, mas não creio que vá haver entre elas uma conexão. É muito raro que vá haver um diálogo inter-religioso profundo entre

os católicos, os evangélicos, filadélfios, os budistas; é estranho, é raro e há que fazê-lo. É aqui que os mediadores podem ajudar a criar este espaço, totalmente transformador.

- Segundo, potenciar espaços técnicos de relação entre profissionais da cidade. A interculturalidade, a cidade intercultural não se pode criar se os profissionais, os técnicos sanitários, da saúde, educativos, de serviço social, de todas as áreas, todo o capital humano profissional, técnico da Amadora não estiver a trabalhar junto. Não são só vocês; Em Espanha trabalhamos muito fragmentadamente, cada um por sua conta e isto é uma derrota, é uma má economia. Em tempo de crise é muito importante e muito eficaz e eficiente trabalhar juntos, mas não é fácil.  
No projeto que dirijo em Espanha de 17 bairros, conseguimos 17 ETR – Espaços Técnicos de Relação. São 17 lugares onde mensalmente os técnicos trabalham juntos. Quem apoia as reuniões, quem faz a conexão somos nós e torna-se fácil; há que fazê-lo com todo o respeito, mas é fantástico o s efeitos que isto produz. Com menos dinheiro, pode fazer-se muita coisa se se trabalhar em conjunto.
- Terceiro, ajudar a configuração de redes sociais urbanas de intercambio e cooperação. A nova cidade é uma cidade de redes; redes presenciais, redes virtuais; mas as redes podem ser de cooperação ou de agressão e os mediadores podem ser fabricantes de redes.
- Formatar o que se chama em técnica de mediação, os diálogos públicos e apreciativos. Isto é um diálogo público apreciativo: interrogam-se as pessoas, dialoga-se, temos o público e nós somos os profissionais. Os últimos que liderei, recentemente, foram entre líderes religiosos de Madrid e sobre a crise económica e universalidade. Com técnica podem conseguir-se obter grandes resultados com estes diálogos públicos. Os mediadores são os profissionais do fomento do diálogo.
- Quinto, favorecer a gestão pacífica, positiva e participativa da conflitualidade na cidade.
- Sexto, prevenir a conflitualidade latente.
- Sétimo, Incentivar espaços de genuína convivência, não só de mera coexistência.

Queria despedir-me dizendo-lhes que falei um pouco de Portugal porque estou a acompanhar o projeto do ACIDI com as Câmaras Municipais, mas agora vou falar-vos do meu projeto, em que estou envolvido como diretor científico e que está a correr muito bem. Temos dois anos, fomos apanhados pela crise mas quero dizer-vos que o que vou apresentar é retirado do que está a ser desenvolvido na prática.

Trata-se de um projeto que envolve diferentes territórios; em cada território trabalha-se com um parceiro, uma entidade, uma ONG, que conhecem o território há muito tempo, mas em dois territórios, em Anaquerando, um distrito a norte de Granada, e em La Coma, Paterna, a Fundación Secretariado Gitano, entidade que trabalha com ciganos tem um projeto social comunitário para todos os cidadãos. A equipa são quatro pessoas e só contrataram um cigano, as outras três são não ciganas. Esta é a Espanha de que eu gosto; uma entidade cigana, faz um projeto para toda a população, afeta o Município, porque as Câmaras Municipais são atores



protagonistas dos projetos, firmando convênios eficientes.

O projeto só tinha dois objetivos: O primeiro a convivência cidadã e intercultural, com uma ação conjunta; O segundo, tratar de aplicar um modelo partilhado de intervenção comunitária intercultural. Vamos tentar validar na prática uma forma de intervir que tenha isto; temos o quadro com os recursos humanos do projeto, onde estão os acessores, as administrações, os recursos técnicos, a cidadania e trabalhamos tres areas: educação, saúde comunitária e relação entre cidadãos.

É um projeto que distingue a convivência, a coexistência e a hostilidade; não queremos só coexistência, sem convivência. São muito trabalhadas as dimensões da convivência, há que mudar de atitudes, cumprir as normas, criar identidades compartilhadas entre vizinhança e entidades locais. Está estruturado numa linha de ação global, transversal e uma linha de ação específica. Vou apresentar-vos um exemplo: o projeto tem tres fases: no primeiro ano vimos muitas coisas, mas a ideia marcante foi estabelecer relações; no segundo ano foi partilhar o conhecimento. Estamos agora na terceira fase, a fase de programação e estamos a publicar dezasete monografias comunitárias. Em cada local entre 200 e 300 pessoas elaboraram uma monografia partilhando o conhecimento, com o aval da Câmara Municipal.

Pois bem, o exemplo que vos queria transmitir era de quando se atua de forma comunitária, de forma intercultural. No primeiro ano do projeto, tivemos a fase da relação, que foi quando ganhamos terreno, estabelecemos relações; organizámos tres escolas que se mantiveram abertas durante o verão. As crianças estão no periodo de férias e os pais não e este torna-se um problema a nível europeu muito forte nestas populações, nestes bairros, nos meses de Julho e Agosto.

Durante meses preparamos com as entidades com que nos relacionvamos uma ação conjunta de multiplas atividades para as crianças e jovens. A Obra Social "La Caixa" financiou com treze mil euros, apoiada pela Câmara Municipal e entidades locais, pequenas ações, que proporcionaram quarenta e tres dias de atividades pedagógicas, com conteudo intercultural, onde os ciganos dançavam com os argentinos, os equatorianos, com os locais, etc. Foi fantástico, foi possivel a coordenação devido ao empenho de todos os profissionais durante quatro meses com um enfoque comunitário e intercultural e porque havia uma equipa de quatro mediadores acompanhando as atividades.

Podíamos ter planeado um grande concerto intercultural, de duzentos mil euros, para que cantassem durante uma hora e a Europa consumia cultura e multiculturalidade, mas ao invés disso, optámos por pequenas ações para muita gente, cada um trazendo o que tem e reconhecendo, rindo e relacionando-se com o outro. Quando se trabalha de forma conjunta, comunitária, com mediação, logicamente que se obtêm grandes resultados.

As equipas locais do projeto são formadas por quatro profissionais: um coordenador e três técnicos. O sistema de acompanhamento e avaliação é muito detalhado. Da amostra do projeto fazem parte 8.928 pessoas e trabalhamos sobre a convivência intercultural de âmbito local. O primeiro trabalho de campo teve início no ano de 2010. Uma boa notícia é que identificámos 24 indicadores de convivência que estão funcionando; isto é importante, não só para a colaboração portuguesa/ espanhola, mas para a Europa.



Por fim temos uma série de coisas que são convivência, coexistência ou hostilidade. A conclusão principal é que para o conjunto dos territórios o que é coexistência, tem muitas variáveis, estima-se em 65%, a convivência 20% e 15% a hostilidade. Estes indicadores. Estes indicadores em cada território são diferentes, há lugares onde a hostilidade sobe aos 40 e tanto cento e há lugares onde a convivência é muito maior.

Finalmente, a conclusão, a mensagem que quero deixar-vos é se a interculturalidade mais ou menos é isso, se a cidade intercultural mais ou menos é isso, a mediação não só é necessária, é imprescindível. A Europa deve apoiar decididamente a filosofia mediadora como um elemento-chave para construir tudo isto.

Muito obrigado!



**Chiara Pusseti, investigadora no Centro em Rede de Investigação em Antropologia, (CRIA, ISCTE/UL)**

Obrigada! Muito bom dia a todos!

Antes de começar, agradeço o convite que nos foi dirigido pela Câmara Municipal da Amadora, agradeço, especialmente porque estamos aqui como extraprograma.

É um prazer estar aqui e uma ótima ocasião para nós para apresentarmos e oferecermos o livro, que se encontra lá fora numa mesa. O livro é de distribuição gratuita e resulta de um estudo financiado pelo projeto “T-Share – Transcultural Skills for Health and Care”, dos Programas Life Learning Program Leonardo da Vinci da União Europeia, que como a Dr.ª Dina disse há pouco, resulta da colaboração de nove parceiros, distribuídos por cinco países europeus (Itália, Portugal, França, Eslovénia e Noruega).

Muito rapidamente, antes de passar a palavra ao Dr. Francesco, a proposta de uma abordagem transcultural responde à necessidade de adaptar os modelos clássicos da assistência clínica às particularidades que apresentam muitas vezes os utentes imigrantes.

A finalidade do nosso estudo foi uma tentativa de promover competências que permitam compreender o *up ground* cultural e pessoal dos utentes no encontro terapêutico para evitar reproduzir dinâmicas de exclusão, de afastamento, de incompreensão que muitas vezes ocorrem nestes serviços, especialmente quando o utente estrangeiro não se consegue orientar num sistema de símbolos, de interpretações, de representações, intervenções que podem parecer distantes, demasiado diferentes, às vezes até desrespeitosas da própria cultura.

Esta exigência, segundo o diálogo que tivemos entre estes países envolvidos no projeto, torna-se ainda mais relevante se considerarmos os campos da saúde mental e da saúde materno-infantil. Na realidade o livro foca estes dois campos, onde a dimensão da saúde é muitas vezes intimamente ligada a outras dimensões: económicas, religiosas, relacionais, jurídicas, entre outras culturais, obviamente.

Muito rapidamente, as *guide-lines* que resultam desta comparação europeia, agrupei-as em cinco objetivos que depois, como têm o livro à vossa disposição podem aprofundar os nossos percursos de pesquisa e as linhas que propusemos podem ser usadas:

- Como indicações para projetar, planificar ou melhorar os serviços de saúde;
- Como orientações para o desenvolvimento de programas de formação teórico-prática para os profissionais que trabalham nos serviços de saúde com imigrantes;
- Como diretrizes para a definição, o reconhecimento e o aperfeiçoamento de competências de mediação cultural no setor clínico;
- Como instruções para organização da avaliação e certificação de competências adquiridas no trabalho, em particular estamos a focar como trabalho a mediação cultural nos serviços de saúde. Sabemos, pelo menos no que diz respeito à experiência portuguesa, que é ainda uma profissão que se está a formar e a ser reconhecida, com todos os tempos necessários para que isso aconteça, no âmbito, por exemplo hospitalar, no âmbito da saúde;

- Como indicações para a criação de uma ferramenta de avaliação e supervisão que possa fornecer critérios de avaliação do desempenho dos mediadores, dos profissionais de saúde, que possam ter um diálogo constante com os utentes para perceber o ponto de vista deles que no fundo são os destinatários últimos e os mais importantes das intervenções.

Estas *guide-lines* destinam-se, obviamente, aos profissionais de saúde, aos operadores de saúde (médicos, psicólogos, enfermeiros, psiquiatras), aos mediadores culturais, aos imigrantes e aos membros de populações vulneráveis que possam ter especializações, saberes e práticas no setor da saúde, não só como utentes mas também como profissionais, ou como portadores de saber; aos professores, aos pesquisadores das universidades para incentivar o interesse a acompanhar no ponto de vista mais académico e teórico a prática no campo; aos atores sociais chaves das políticas públicas dos serviços sociais de saúde, das políticas, em particular eu diria, para a inclusão social, para a imigração, para o diálogo intercultural e a igualdade de oportunidades de género e os atores-chave, eu diria também, das políticas contra o racismo, sendo que muitas vezes foram encontrados casos de sinais não de racismo, mas de racialização das práticas, ou de discriminação institucional, que é outra forma, eu diria menos conhecida de racismo.

Agora darei a palavra ao Dr. Francesco Vacchiano que foi coordenador comigo do projeto europeu e organizador do livro, além de autor.



**Francesco Vacchiano, investigador no Centro em Rede de Investigação em Antropologia, (CRIA, ISCTE/UL)**

Obrigada Chiara!

Só queria falar um pouco, muito rapidamente da questão da mediação cultural nos serviços de saúde com alguns exemplos de histórias que encontrei ao longo da minha carreira, do meu trabalho, etc.

Comecei a trabalhar sobre o tema da migração e mediação há alguns anos, em meados dos anos noventa, mais ou menos, quando na minha cidade, que é Turim, em Itália.

Na minha cidade de Turim, começava a ser importante e evidente da migração e nos serviços de saúde os médicos reconheciam não ter instrumentos e capacidade para perceberem bem quais eram as necessidades, quais eram as respostas possíveis para estes novos cidadãos.

Começamos a fazer investigação específica sobre estes assuntos. Os próprios utentes começaram a dizer *“fui ao Centro de Saúde mental, etc. mas apercebi-me que os técnicos não compreenderam realmente bem qual é o meu problema, não pude falar bem sobre as minhas questões, eles não percebem bem a situação de vida, julgam de forma cultural algumas coisas que fazemos, algumas práticas que temos. Sinto que a nossa relação, o nosso encontro, não funcionou bem.”*

Começamos a fazer toda uma reflexão a partir daí que deu lugar a uma organização, a uma experiência importante que é o Centro Frantz Fanon de Turim que é especialmente virado para a prática de saúde mental. Pouco a pouco tentamos construir um espaço de análise, de estudo, de pesquisa, de prática de intervenção com imigrantes, sobre a temática da saúde.

O segundo exemplo vem de uma situação de intervenção para a qual fui chamado há uns anos numa cidade não muito longe de Turim, na província. Considero este, um exemplo muito eloquente, muito simpático, sobre o que é, o que pode ser a mediação intercultural no âmbito da saúde e quais são os aspetos sistémicos desta intervenção; sistémicos e portanto comunitário, como dia justamente o Professor Giménez. O exemplo que quero relatar é o seguinte: fomos convidados para analisar uma situação de um Centro de Saúde materno-infantil, nesta cidade da província que abrangia uma zona de meio rural nos arredores da cidade. Neste contexto, os próprios profissionais do Centro materno-infantil estavam bastante incomodados e diziam *“temos feito muitos programas, muitas campanhas para educarmos os migrantes para a utilização dos serviços, mas não há possibilidade, eles não aprendem como se faz. O que acontece é que as mulheres marroquinas, nigerianas, chinesas acabam por chegar às últimas semanas com problemas que não foram tratados anteriormente e acabam por ir às urgências do hospital, onde estamos constantemente a encontrar estas pessoas que não passaram pelo Centro de Saúde materno-infantil, ocupam o espaço de outras e não sabemos o que fazer com elas:”*

A questão era, os imigrantes, nomeadamente, neste caso as mulheres migrantes não sabiam utilizar os serviços, tinham sido feitas campanhas, tinha sido difundida informação, então, o que poderia ser feito? Achamos muito interessante porque a primeira interpretação deste problema foi uma interpretação que projetava fora, sobre os imigrantes, o que é muito comum, sobre a sua cultura, a sua condição,



uma forma de deficit, uma forma de incapacidade, uma forma digamos, subtrativa de algo e ninguém se tinha perguntado o porquê, ninguém tinha pensado, *"podemos perguntar a estas pessoas, a estas mulheres, quando elas chegam às urgências, porque não passaram pelo Centro de Saúde?"*

Falaram com os colegas, os enfermeiros das urgências e estabeleceram um pequeno protocolo de entrevista muito simples através do qual perguntavam simplesmente às mulheres: *"O que aconteceu? A senhora não conhece o Centro de Saúde?"*

O que surgiu desta pequena investigação foi muito simples e muito interessante. As mulheres conheciam o Centro de Saúde, sabiam que aquele era um Centro materno-infantil, mas não iam geralmente por uma série de razões:

- 1º: Muitas delas moravam longe do Centro e precisavam do apoio do marido para serem acompanhadas de carro. Os maridos trabalhavam o dia inteiro e os horários dos Centros não combinavam bem com as exigências do trabalho intensivo dos maridos;
- 2º: Muitas delas tinham filhos pequenos e não sabiam o que fazer com eles quando iam ao Centro;
- 3º: Muitas delas tinham más experiências de contatos com os médicos nos Centros de Saúde e no Hospital e tinham a perceção de que as palavras delas não iam ser compreendidas e diziam: *"Eu tento explicar, mas as coisas não são percebidas, ninguém fala a minha língua, então porque tenho que ir lá?"*;
- 4º: Muitas mulheres tinham medo de não encontrarem médicas mulheres ginecologistas. Neste caso, efetivamente no Centro de Saúde havia uma regra, os médicos estavam lá no seu turno e atendiam as mulheres.

Estas são as quatro razões principais. A questão era *"Como é que podemos construir um espaço de acessibilidade destes serviços para estas mulheres?"*

As mulheres italianas têm outro recurso que é o ginecologista privado, pago, conseqüentemente não havia este fenómeno bem estudado na antropologia médica de incorporação da condição social das pessoas ou seja, o corpo exprimia, o corpo apresentava um problema da condição social destas mulheres que se refletia no espaço da consulta, nas urgências do hospital.

O que se pensou fazer? O Centro tinha uma sala disponível, não muito utilizada e tinha vários pedidos de associações de voluntariado que queriam fazer atividades complementares às atividades do Centro. Organizaram um espaço para crianças no Centro com horários definidos, onde as voluntarias iam e organizavam atividades para crianças. Isto implicava três mediadoras culturais no espaço, das três principais nacionalidades das mulheres aferentes ao Centro: uma mediadora marroquina, uma nigeriana e uma chinesa, que durante três dias por semana faziam o acolhimento até às oito horas da noite. Previram também a disponibilidade de uma ginecologista mulher no Centro e foi distribuída informação em várias línguas: cartazes e documentos que ilustravam o funcionamento do Centro, mas aperceberam-se que só a presença das mediadoras no Centro já provocava uma mudança, ou seja, as mediadoras tornaram-se muito conhecidas na comunidade, nos grupos nacionais das utentes e as mulheres tinham-nas como referências do Centro, não a ginecologista, ou a enfermeira, mas a mediadora.

Assim, o que é que aconteceu a seguir de muito interessante? Aconteceram



fundamentalmente três coisas que mostram claramente o sentido comunitário e sistémico da mediação, neste caso na saúde e também o efeito da mediação que não é uma questão de boa vontade, mas também é uma questão de estratégia e organização:

- 1º: Evidentemente as mulheres estrangeiras, imigrantes começaram a aferir ao Centro e deixaram de ir às urgências com problemas, com consequências nas últimas semanas de gravidez. Os médicos do Hospital questionaram os colegas do Centro de Saúde, sobre este facto, em dois meses deixaram de aparecer estes casos no Hospital;
- 2ª: As mulheres italianas regressaram ao Centro de Saúde; o espaço tornou-se tão acolhedor que as mulheres italianas que normalmente utilizavam o ginecologista privado sentiram-se à vontade para regressar ao Centro de Saúde público;
- 3º: Os operadores do Centro sentiram que o trabalho deles era muito mais eficaz, muito mais agradável e tinham aprendido muitas coisas.

Obrigado!



A Europa na minha cidade  
2012



## II. Construção de cidades interculturais – um desafio para as autarquias

**Moderadora: Conceição Queiroz, Jornalista**

Bom dia a todos!

Antes de mais obrigada pelo convite e parabéns à Câmara Municipal da Amadora e ao ACIDI por esta iniciativa. É um gosto muito grande estar aqui com vocês hoje. Tive que interromper o meu trabalho, comecei a trabalhar às oito da manhã e fiz uma pausa para estar aqui. É um prazer muito grande e ainda bem que podemos de vez em quando parar um pouco para refletirmos em coisas boas, é isso que nos traz aqui hoje, pelo menos neste painel. Estamos aqui para debater um pouco aquilo que queremos que seja uma convivência pacífica, uma convivência saudável, uma convivência também intercultural pelas cidades e é disso que vamos aqui falar.

Já foi feita a apresentação, tenho aqui à minha direita a senhora Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Maria das Dores Meira, ao lado está o senhor Vereador da Habitação e Ação Social da Câmara Municipal de Cascais, Frederico Almeida. Do meu lado direito tenho Sónia Paixão, Vereadora da Coesão Social e Habitação da Câmara Municipal de Loures e finalmente temos Carla Tavares que é Vice-Presidente da Câmara Municipal da Amadora.

Eu devo dizer que felizmente a diversidade é cada vez maior na sociedade em que vivemos, seja étnica, seja religiosa, seja cultural e ainda bem que assim é e isto acaba por ser um desafio muito grande. Como conviver com tanta gente diferente é também um desafio que se impõe, penso que a cada um de nós que aqui está nesta sala, mas também a cada um dos convidados que aqui estão, no fundo um desafio: como criar uma cidade intercultural? Que significados tem? O que é que é isto de uma cidade intercultural e como é que se constrói uma cidade intercultural?

Eu vou começar pela senhora Presidente da Câmara Municipal de Setúbal. Bom dia!

**Maria das Dores Meira, Presidente da Câmara Municipal de Setúbal**

Bom dia!

Queria cumprimentar todos os presentes, dar os parabéns à Câmara Municipal da Amadora por esta iniciativa e agradecer também o convite para estar aqui presente e aqui uma saudação muito especial aos meus colegas autarcas por estarmos aqui todos no “mesmo barco” num momento extremamente difícil, particularmente difícil para o país e em que o poder local mais uma vez, também nesta área, aqui pode mostrar a sua atividade, de tudo aquilo que tem feito de muito bom para este país e a forma como o tem transformado de uma forma coletiva com todos aqueles que nos rodeiam na nossa comunidade.

Dizer ainda que esta é uma oportunidade para partilhar a nossa experiência e acreditar que é também um desafio de poder demonstrar como nós construímos uma cidade intercultural e isto é extremamente motivador para um autarca.

Falando de Setúbal e começamos pelos nossos recursos naturais, temos uma



A Europa na minha cidade  
2012



grande sorte, temos uma autarquia em que dois terços do território são recursos naturais, ocupados pela Reserva Natural do Estuário do Sado e pelo Parque Natural da Arrábida, que tem uma serra fantástica e que está neste momento com uma candidatura à Unesco, como Património da Humanidade.

Depois temos um terço com as nossas atividades económicas e com outro bem muito precioso que é a nossa população.

Nas atividades económicas temos que realçar que nas duas décadas - de sessenta e setenta - foram, de facto, de grande importância nesta área os movimentos migratórios devido ao forte desenvolvimento industrial, quer no próprio Município, quer fora dele e aqui podemos destacar as salinas, a pesca, a indústria cimenteira, a construção naval, a indústria do papel e a indústria automóvel. Face a este desenvolvimento, destas atividades económicas, tivemos grandes movimentos migratórios internos e externos, aqui no nosso Concelho.

Em relação à população do Município, existem várias etnias, várias nacionalidades em Setúbal que compõem um mosaico humano que consideramos indispensável e fundamental para as dinâmicas que podem atenuar as desigualdades e o combate à exclusão social.

### **Conceição Queiroz**

E como é que se faz esse combate senhora Presidente?

### **Maria das Dores Meira**

Este combate faz-se através de uma série de iniciativas que nós temos promovido no nosso Município e que vamos mostrar aqui à frente depois de eu dizer mais ou menos as percentagens destas populações que existem no nosso Município. Temos 121.000 habitantes, sendo que 8,3% são população residente estrangeira. Esta população que está identificada através do SEF, temos ideia de que há muito mais pessoas que não estão devidamente registadas e, portanto temos presente no nosso Concelho oitenta e oito nacionalidades, o que é extremamente importante e extremamente rico para nós. Isto também nos desperta para estarmos atentos para alguns fenómenos que nos acontecem devido a esta multiculturalidade. Para isso criamos um Gabinete do Imigrante e de Etnias.

### **Conceição Queiroz**

Existe há quanto tempo o Gabinete?

### **Maria das Dores Meira**

Existe desde 2003/ 2004 este Gabinete e tem ido uma âncora digamos, para o desenvolvimento de todas as atividades desenvolvidas.

### **Conceição Queiroz**

Sentem que há uma adesão cada vez maior desde o momento em que foi criado o Gabinete até então?



### **Maria das Dores Meira**

Sim. Este Gabinete tem uma missão e uma visão extremamente importante, quer na intervenção dos fenómenos migratórios, quer na integração dos imigrantes e das etnias na nossa comunidade. Tem sido um Gabinete que funciona com mediadores que fazem a ligação às comunidades com maior representação e estamos a falar do Brasil, de África e ainda um mediador de etnia cigana, porque temos muitas pessoas de etnia cigana a viverem no nosso Município e tem sido, de facto, através deste movimento, desta interação que existe entre estes mediadores e respetivas comunidades que temos podido interagir e ter atividades extremamente interessantes e importantes até no apaziguamento de alguns conflitos sociais que, sem esta atividade relacional não seria possível.

### **Conceição Queiroz**

Avançamos agora para o Frederico Almeida da Câmara Municipal de Cascais.

Estamos aqui a falar de interculturalidade, já dissemos aqui que este é um grande desafio que se impõe também aos Municípios. Em relação a Cascais o que é que nos pode dizer? Temos também uma grande comunidade estrangeira? De que percentagens é que está a falar sensivelmente, para as pessoas terem uma ideia do que acontece em Cascais. Estamos a falar na mesma proporção do que temos em Setúbal, ou é uma realidade diferente? Mas de qualquer maneira é um desafio, não é?

### **Frederico Almeida, Vereador da Câmara Municipal de Cascais**

Muito bom dia a todos!

Em primeiro lugar, dar os parabéns à Camara Municipal da Amadora e ao ACIDI pela organização desta excelente iniciativa, agradecer, naturalmente, o convite e dizer que é uma grande honra poder estar presente, partilhar, obviamente aquilo que é a experiência de Cascais.

Dizer também que é o reconhecimento de nós e quando digo nós, nós sociedade, temos muito e acho que é um bocadinho do ser humano a tendência para valorizar que de menos bom vai acontecendo e valorizar pouco, às vezes, aquilo que de bom as autarquias vão fazendo e, felizmente que as quatro autarquias que aqui estão presentes são quatro bons exemplos de projetos e não é por acaso que nos vamos cruzando em algumas iniciativas, por ter projetos muitas vezes semelhantes, ou até os mesmos projetos implementados, obviamente naquilo que são as realidades locais.

Tentando ir à questão que me foi colocada, Cascais tem, muito rapidamente 206.000 habitantes e tem 22.000 imigrantes, correspondendo a uma taxa de 11%, ligeiramente superior a Setúbal, mas é o que é e vamos ver que também tem aqui uma realidade particular.

Dizer que, destes 11%, 22.000 imigrantes que temos, provavelmente temos aqui uma dupla componente, ou seja, a população imigrante que temos podemos caracterizar de duas formas: somos o Concelho que tem maior percentagem de imigrantes com um nível de formação académica muito elevado e portanto, também um extrato socioeconómico elevado e depois temos uma outra realidade, que é a realidade de uma população imigrante que em termos académicos não



tem a formação que obviamente gostaríamos que tivesse e também social e financeiramente também não tem as condições que gostaríamos e que esperamos que venham a ter. Temos então aqui esta dupla componente, esta dupla realidade.

Em termos de nacionalidades, tem 127 nacionalidades. Predominam essencialmente os imigrantes brasileiros, com cerca de um terço, portanto, 6.886 e depois da Roménia, Cabo Verde, Ucrânia, Guiné, Reino Unido, Moldávia. Depois vem com uma percentagem muito elevada imigrantes também de Itália, da Alemanha, de Espanha, o que vem um pouco de encontro àquilo que eu referia, temos esta dupla realidade, se é que assim poderemos dizer.

Em Cascais o que é que temos vindo a fazer ao longo dos anos? Desde 2008 que temos os CLAIS, temos quatro gabinetes a funcionar no Concelho e como nós sabemos, os CLAIS têm como objetivo ser um gabinete basicamente de atendimento à população imigrante e ajudar essencialmente em tudo aquilo que tem que ver com as questões de informação de processos relacionados e do interesse da população imigrante, ou seja, os processos de legalização, processos de pedido de dupla nacionalidade, um conjunto de situações em que a população pretende ter também a nacionalidade portuguesa, processos de reagrupamento familiar, processos obviamente de todo o tipo de questões que têm a ver com o normal funcionamento, as normais necessidades de uma família, neste caso, famílias imigrantes e é uma resposta, é um serviço que consideramos ser muito positivo e que tem um forte contributo para a integração da população imigrante em Cascais.

O que é que ao longo dos anos a Câmara Municipal de Cascais tem vindo a fazer? e isto já ao longo de muitos anos, porque nós em 1993, tivemos como outras Câmaras o PER – Programa Especial de Realojamento. Desde essa altura que a Câmara Municipal de Cascais tem vindo a fazer um trabalho sempre muito próximo com as comunidades locais, com os imigrantes, no sentido de garantir a sua integração, só dar um pequeno exemplo de uma prática que foi feita no PER desde 1993 até ao momento em que o PER foi concluído que foi a própria passagem das pessoas que viviam em bairros, em Cascais havia essencialmente dois grandes bairros, provavelmente mais conhecidos da generalidade das pessoas: o Bairro das Marianas e o Bairro do Fim do Mundo, são dois exemplos. O que se foi tentando fazer sempre ao longo dos tempos foi acompanhar estas famílias, não só no sentido de terem uma habitação, como têm felizmente, digna, mas também em tudo aquilo que depois são as questões da vida das pessoas, as pessoas mesmo que tenham uma casa e felizmente hoje em dia em Cascais têm, obviamente que as pessoas têm que ter depois apoio noutras questões como a empregabilidade, desenvolver projetos que permitam o desenvolvimento de competências das próprias famílias, das próprias pessoas.

### **Conceição Queiroz**

Aqui está a falar de uma espécie de política pró-ativa, ou seja a Câmara Municipal tem a preocupação de ir ao encontro destas pessoas, ou elas é que procuram os serviços, os gabinetes de que falou que foram também criados à semelhança do que acontece em Setúbal, existe esta preocupação da parte da Câmara também, de ir ao encontro destas pessoas?



### **Frederico Almeida**

Sem dúvida, nós para além dos gabinetes do CLAI temos também depois a estrutura, não indo ao pormenor, mas nós no Departamento de Ação Social temos duas Divisões que são as Divisões de Intervenção Socio Territorial que têm gabinetes espalhados pelo Concelho, seis gabinetes, que visam e têm como objetivo prestar o atendimento e todo o tipo de apoio à população. Os gabinetes estão inseridos, naturalmente, em locais onde existe maior necessidade e aqui não necessariamente por ser uma população imigrante, também para as pessoas de origem portuguesa, mas que de alguma forma têm esta dupla componente, são gabinetes que apoiam a todos os níveis as famílias mais necessitadas e de alguma forma aquela parte de imigrantes que temos no Concelho que se insere neste contexto e sem dúvida, no âmbito também das Divisões de Intervenção Socio Territorial, temos, não só estes Gabinetes, como depois temos um conjunto de projetos muito alargados que passam desde programas de alfabetização, aprendizagem da língua portuguesa e aí é um bom exemplo da interculturalidade, porque temos estas práticas com pessoas de várias nacionalidades e permite não só a integração naquilo que é a cultura portuguesa, obviamente respeitando sempre os hábitos e as culturas próprias, mas de alguma forma tentar que haja um convívio e que haja aqui uma relação entre estas comunidades, até porque nós em termos de habitação social temos 2.300 fogos e em alguns destes bairros temos a conviver pessoas de origem e culturas diferentes.

### **Conceição Queiroz**

Pacificamente?

### **Frederico Almeida**

Uma vez mais que outra, como é natural. Há sempre questões que são muito sensíveis que obviamente que temos e por isso é que eu há pouco dizia e no âmbito do PER que se tentou sempre ter uma atenção muito particular, não criando guetos e aqui é sempre uma questão difícil porque não se pode colocar de um lado as pessoas da cultura A, da nacionalidade A, do outro as da cultura B, ou nacionalidade B.

### **Conceição Queiroz**

Esse é que é o desafio no fundo, juntar esta gente e fazê-los conviver de uma forma pacífica, daí o desafio de que eu falava inicialmente. Obrigada. Já voltamos a si.

Sónia Paixão da Câmara Municipal de Loures que está ligada à área da Habitação. Já percebemos que é realmente um desafio muito grande e eu penso também que neste debate não podemos deixar aqui de falar no MISP que é o Projeto de Mediação Intercultural em Serviços Públicos. No fundo, Sónia quais é que são os significados deste projeto? A Câmara de Loures aderiu também; isto significa o que em termos concretos para se perceber?

### **Sónia Paixão, Vereadora da Coesão Social e Habitação da Câmara Municipal de Loures**

Em primeiro lugar muito bom dia a todas e a todos!



A Europa na minha cidade  
2012



Saudar e agradecer o convite da Câmara Municipal da Amadora na pessoa da senhora Vice-Presidente e desde já aqui uma referência ao tema que hoje aqui nos traz quando assistimos a uma inversão nos fluxos migratórios, em que todos os dias somos convidados a emigrar, falar-se de imigração e de acolhimento é motivo de louvar.

Cumprimentar, naturalmente, também os meus colegas autarcas e o trabalho que têm vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos e permita-me só Conceição, dar aqui uma tónica antes de responder diretamente aquilo que me questionou, o Concelho de Loures à semelhança dos que aqui estão presentes também tem uma elevada taxa de imigração na ordem dos 10%.

Loures, eu não trago uma caracterização para vos apresentar detalhada, é um Concelho rico, uma vez que tem as três componentes: rural, urbana e ribeirinha, embora recentemente expropriado de parte da frente ribeirinha com a criação da freguesia do Parque das Nações. Portanto, tiraram-nos o ex-libris da zona ribeirinha, contudo, desde sempre e já desde há 20 anos a esta parte, que temos consciência de que o nosso Concelho tem um mosaico cultural bastante diversificado e entendemo-lo como uma riqueza e um potencial e, naturalmente que já nessa altura a Câmara Municipal de Loures teve a consciência disto mesmo e criou uma unidade orgânica especificamente para trabalhar na área da imigração. Eu vou dizer o nome porque é conhecido provavelmente por muitos dos que estão nesta plateia, era o GARSE – Gabinete dos Assuntos Religiosos e Sociais Específicos. Fomos a primeira autarquia a criar na sua estrutura Municipal um Gabinete para olhar especificamente para estas áreas.

Respondendo à questão da Conceição, a mediação foi um caminho, tudo isto foi um caminho que se foi construindo; em Loures foi na ordem dos vinte anos mais ou menos. Já foi falado aqui com a questão do PER, os primeiros fluxos migratórios realizaram-se na década de 90, com as grandes construções e os Concelhos da grande Área Metropolitana de Lisboa foram reflexo disso mesmo: as obras da CRIL, da CREL, da Expo 98, fizeram com que um elevado número de imigrantes se instalassem nestas áreas limítrofes à capital Lisboa. Se num primeiro momento houve necessidade de os conhecer, de onde eram, quais as suas expectativas, depois rapidamente percebemos que vamos acolher, abrimos as portas do nosso país, nada melhor que perceber a melhor forma de ir ao encontro dessas mesmas expectativas. A mediação foi um dos caminhos, mas permitam-me só aqui um desvio, que foi a questão das geminações. Os Municípios, todos nós estamos geminados com países estrangeiros, precisamente porque um dos primeiros passos foi ir lá fora perceber como eram os países de origem das nossas populações imigrantes e tentar chamar para cá algumas dessas práticas e realidades.

### **Conceição Queiroz**

Deixe-me só interrompe-la, com que países já agora para situarmos, é que estão geminados dos PALOP?

### **Sónia Paixão**

No caso de Loures estamos com S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde, neste momento. Já tivemos geminações com Moçambique, com Diu, uma panóplia bastante grande, mas mais neste momento em vigor estão estas duas, terei oportunidade inclusive esta semana de me deslocar a S. Tomé e Príncipe no âmbito de um destes



nossos projetos de cooperação com o Instituto Marques Val Flor e que tem em vista capacitar os técnicos autárquicos, neste momento da Câmara Municipal de Água Grande para um conjunto de áreas que estão em desenvolvimento naquele país.

### **Conceição Queiroz**

Isso quer dizer que estes 10% da população de que falava, que representa a população estrangeira do concelho de Loures é maioritariamente dos PALOP, destes dois países essencialmente, S. Tomé e Cabo Verde?

### **Sónia Paixão**

Também temos Guiné e também temos Angola em presença, mas maioritariamente destes dois países.

Quanto à questão dos processos de mediação em serviços públicos, tivemos oportunidade de ouvir no painel anterior alguns relatos de como é necessário este tipo de estratégias para melhor ir ao encontro daquilo que são as pretensões da nossa população imigrante. Por vezes é a barreira linguística, outras vezes é também a burocracia exigente do nosso país de acolhimento e acho que todos nós devemos fazer meia parte de culpa nestas questões e o processo de mediação aparece como um facilitador.

A mediação é chamada a intervir em variadíssimos domínios. No Concelho de Loures esta é uma das áreas, mas eu chamaria aqui para transmitir, uma outra área que é no domínio da segurança. Em Loures fruto de um episódio pontual, um tiroteio que abriu os telejornais em Julho de 2008, são aquelas tais animações que de vez em quando vamos tendo, mas que também existem em Cascais, noutros bairros sem serem PER, na Amadora, noutros bairros e em Lisboa e infelizmente não abrem os telejornais, há na Quinta da Fonte e é logo notícia de manchete. Fruto desses incidentes, que foi um conflito entre a comunidade cigana e a comunidade africana foi criado um *Contrato Local de Segurança*.

O Contrato Local de Segurança foi o segundo no nosso país, mas foi o primeiro e único até agora, com as características de envolver uma população de 50.000 habitantes, portanto três freguesias do concelho de Loures e reúne a parceria de cerca de sessenta entidades, não só públicas como privadas e aqui uma palavra também para as empresas que ao abrigo da responsabilidade social se juntaram a nós no âmbito deste projeto que visa sobretudo fomentar uma nova cultura de segurança, ou seja, a segurança não depende só das forças de segurança pública mas sim depende de todos e todos nós temos um contributo decisivo a dar neste domínio e ligando à questão da mediação dizer que no âmbito deste projeto existem mediadores nas freguesias onde está implementado o contrato local de segurança, não só para fazerem a ligação às comunidades, entre as comunidades, entre as instituições públicas e não só. Eu creio que este foi um caminho que já foi encontrado por todos nós.

### **Conceição Queiroz**

Obrigada Sónia!

Carla Tavares, vice-presidente da Câmara Municipal aqui da Amadora, perguntava-lhe, a Amadora é uma cidade intercultural ou não? Estamos em fase



de construção, ou já atingimos aquilo que se pretendia? Há um caminho ainda por fazer? e o que é que significa? o que é uma cidade intercultural?

**Carla Tavares, Vice-Presidente da Câmara Municipal da Amadora**

Muito obrigada pela questão!

Em primeiro lugar, muito bom dia a todas e a todos novamente, um agradecimento especial à senhora presidente da Câmara de Setúbal e aos meus colegas, permitam-me que os trate dessa forma, senhor vereador Frederico e senhora vereadora Sónia, por se terem associado também à Amadora, ao ACIDI e a esta iniciativa e tão bom era que tivéssemos condições para fazer estas conversas mais ou menos informais mais vezes.

Relativamente à questão que nos colocou, a Amadora tem uma particularidade face aos três outros Concelhos, não temos floresta, não temos zona rural, não temos grande património arquitetónico, não temos mar, restam-nos as pessoas como o grande património da cidade, não temos outro e, de facto a nossa diversidade é sem sombra de dúvida o grande desafio desta autarquia e da comunidade que conosco trabalha, porque não nos podemos esquecer que todas estas questões da interculturalidade, não é possível aos Municípios fazerem esse trabalho, procurarem trilhar esse caminho, que é todos os dias um desafio, se não contarmos com a colaboração de um conjunto de organizações que estão no terreno e aqui as IPSS, o movimento associativo têm tido neste concelho que é um concelho novinho, tem 33 anos de existência, têm tido um papel determinante. A autarquia não conseguiria ao longo destes 33 anos fazer o seu caminho se não contasse com a colaboração e a disponibilidade destas entidades.

Nós somos por natureza uma cidade intercultural, não há outra forma, porque aqui estão, tal como acontece com os meus colegas, um conjunto de vivências, um conjunto de nacionalidades com uma característica um bocadinho mais desafiante que é o facto de não chegarmos a ter 24 km<sup>2</sup> de área e termos 180.000 habitantes e por isso, naturalmente, nada é facilitador relativamente ao nosso contexto geográfico.

Acho que temos feito um caminho grande ao longo dos anos, a cidade foi crescendo, todos nós fomos afinando, e quando digo aqui todos nós incluo naturalmente as Juntas, as associações que como já referi têm aqui um papel muitíssimo grande e temos procurado direcionar o nosso saber, os nossos esforços, as nossas energias no sentido de tentarmos cada vez mais ter uma cidade intercultural, ter uma cidade em que a integração e as diversas vivências sejam uma realidade.

Temos outros, que eu não chamaria problemas, chamaria desafios, as questões da habitação, que todos que estamos nesta sala conhecemos e que no concelho não estamos infelizmente, na situação de Cascais, com muita pena nossa naturalmente, porque também partimos de um processo inicial muito diferente.

Tal como os outros municípios, temos os CLAIS a funcionar, temos os Gabinetes territoriais que funcionam em diversos pontos do Concelho, mas sem sombra de dúvida que aquilo que entendemos que foi o melhor caminho que poderíamos ter seguido nesta área e já ouvimos isto, os que são da Amadora centenas de vezes, mas é com convicção que continuamos a afirmar foi de facto, uma aposta imensa



na área da educação e isso para nós não é visível no imediato, mas quando temos um concelho com as características da Amadora o facto de partirmos de seis para quase cem equipamentos de pré-escolar, de conseguirmos ter as crianças escolarizadas a partir dos três anos de idade e não é um trabalho só da Câmara; é um trabalho da Câmara, dos privados e é essencialmente um trabalho da Rede Solidária que conosco tem estado disponível para trilhar também este desafio.

Acredito, convictamente, que num prazo de dez anos vamos sentir esta diferença, porque temos franjas de população a viverem ainda em condições de habitabilidade muito preocupantes que não é possível num território desta dimensão resolver dentro do seu território todas essas situações e de facto, não há melhor forma de trabalharmos as questões da interculturalidade, da integração, da coesão territorial que não através de uma aposta muito grande na educação. Foi isso que se fez, atendendo a um conjunto de constrangimentos, tivemos que pensar e direccionar as nossas energias para uma área que entendemos que é fundamental.

Sente-se muito na vivência da cidade e quem é da Amadora e está aqui muita gente que é nascida na Amadora, como eu, percebe isso; nós teríamos, seguramente uma cidade muito diferente se as nossas crianças a partir dos 3 anos de idade ficassem à guarda de irmãos que são menores ainda mas que muitas vezes era a única forma de os pais também conseguirem trabalhar, gora estamos num contexto um pouco diferente.

Às vezes há muito a questão e Dr.<sup>a</sup> Sónia referia há pouco a questão do que acontece em Loures, na Amadora também, há uma situação num bairro qualquer e abre telejornais, nós fazemos uma iniciativa destas e não conseguimos ter cá a comunicação social, mas... é o que temos. Todos nós temos que ter algum cuidado, nesta população intercultural, nestes diversos países que escolheram as nossas cidades, que nos escolheram a nós para criar um percurso de vida, 99% das pessoas é gente muito boa, é gente que veio trazer mais-valia aos nossos territórios, é gente que veio dar muito deles aos nossos concelhos e por isso quando há estas abordagens menos positivas, também temos que ter algum cuidado na forma como comunicamos, como gerimos os acontecimentos que vão acontecendo no nosso território; Acontecem aqui, acontecem em Londres, acontecem em todo o lado, são fruto do momento, de cidades evoluídas que vivemos e por isso também essa preocupação. Temos escolas com 32 nacionalidades, acho que é um desafio, eu se fosse professora adoraria, porque não é a mesma coisa, é uma exigência muito grande, sem sombra de dúvida mas é um desafio imenso sentir-se que se está a trabalhar e a formar uma geração tão diferente, dentro do mesmo espaço escolar.

### **Conceição Queiroz**

Só mais uma questão, Carla, estamos a falar de um concelho que tem quase 200.000 habitantes, é muita gente. Como é que se faz esta mobilização, esta gestão? Contam com associações locais que vão também ao encontro destas populações? Falou da escolarização também, que eu considero que é importante, com quem é que contam? Quem é que vos apoia?



### **Carla Tavares**

Todas as associações locais têm aqui um papel, como já referi, importante, desde os núcleos mais antigos da cidade até aos bairros com mais fragilidade habitacional, até aos bairros já resultantes de todos os processos de realojamento PER, naturalmente que as instituições locais que trabalham com estas comunidades há muitos e muitos anos, ainda antes da Amadora ser concelho, ainda quando estávamos casados com Oeiras já trabalhavam com esta população, são, sem sombra de dúvida o grande parceiro porque conhecem o território, as suas vivências, as pessoas e, naturalmente têm que ser um parceiro da Câmara por excelência e têm-no sido sempre ao longo dos anos. Têm-no sido sob todos os pontos de vista enquanto existem ainda estruturas habitacionais em locais mais fragilizados e depois desse processo, mesmo quando o alojamento é feito, continuam a ser um parceiro imprescindível. Qualquer um de nós que está aqui conhece bem estes processos de alojamento de agregados, são processos complexos e nós não resolvemos os problemas das pessoas, nós melhoramos um bocadinho as suas condições habitacionais, mas as pessoas continuam a precisar de nós, continuam a precisar das instituições locais, do acompanhamento, que estejamos todos lá e penso que nessa matéria, provavelmente por sermos densamente povoados, somos pequenos em área, temos essa grande vantagem de estar tudo aqui à mão.

Naturalmente nem sempre estamos todos de acordo, nem sempre achamos todos que o caminho é para o mesmo sítio, mas vamos conseguindo sempre, dentro do bom senso, da razoabilidade, criar em todos os momentos, mais que não seja um ponto comum que nos permite a partir daí continuar a trabalhar em conjunto e, as instituições locais têm tido um papel importantíssimo; fazem um trabalho que é das instituições e muito bem, que não compete, de facto aos Municípios, nem devem ser os Municípios a fazer porque não têm esse know-how. Nós estamos cá para ser parceiros, para discutir soluções, para encontrar caminhos, para executar, obviamente, porque é esse o mandato que temos da cidade para o fazer, mas considero que esse trabalho seria profundamente mais pobre se não fosse feito com as instituições locais que têm o conhecimento que nós não temos, que não temos a pretensão de ter e que só em conjunto conseguimos passo a passo.

A Amadora hoje está muito diferente do que era há 40 anos, há 30 anos atrás e estou convicta de que apesar de toda a crise que daqui a 20 anos estará, seguramente, muito melhor e daqui a 10 também.

### **Conceição Queiroz**

Muito obrigada!

Vou fazer uma última questão, começando aqui pela senhora presidente da Câmara de Setúbal, de uma forma muito sintetizada, em concreto, o que é que já se fez, um exemplo, o melhor exemplo, da Câmara Municipal de Setúbal neste contexto da criação de cidades interculturais

### **Maria das Dores Meira**

À semelhança daquilo que foi dito aqui pelos meus colegas, nós temos diversas Associações e diversas atividades. Neste momento, o exemplo maior desta



interculturalidade, desta promoção e deste diálogo intercultural que nos tem levado também a uma grande coesão social no nosso Município, têm sido projetos que do ponto de vista prático nos estão a ajudar a vivência e a mentalidade das pessoas.

Nós temos um projeto de que são autores todas as pessoas que vivem nos bairros sociais, na maioria oriundas dos países africanos, brasileiros, moldavos e romenos. Alguns estão aqui connosco nesta sala e sabem do que estou a falar, são eles que estão connosco a mudar a cidade. O projeto chama-se “*Nosso bairro, nossa cidade*” e são eles que, com uma atitude de cidadania estão a transformar Setúbal através da requalificação dos bairros.

Este foi, sem dúvida, o grande projeto, que mais do que a alteração dos bairros, da qualidade de vida, é a mudança de postura, de mentalidade e esta tem sido, de facto, a nossa maior bandeira.

### **Conceição Queiroz**

É um dos grandes desafios, não se mudam mentalidades de um dia para o outro, não é fácil.

Frederico, em relação a Cascais, destas 127 nacionalidades, é um desafio também constante, continuam a conquistar as pessoas que vêm de fora e têm que se enquadrar e contextualizar? Dê-nos o melhor exemplo. Falávamos aqui há pouco que não se fala dos bons exemplos, então ... vamos seguir os bons exemplos.

### **Frederico Almeida**

Deixe-me partilhar três, de uma forma muito sintética, exemplos de projetos diferentes e que eu considero que, provavelmente todos temos projetos mais ou menos, obviamente, organizados e preparados de formas ligeiramente diferentes, adaptados às realidades locais, mas que provavelmente têm os mesmos objetivos e conseguem resultados semelhantes.

Um deles, é dizer, o ano passado tivemos a honra de ser distinguidos pela Fundação Calouste Gulbenkian, juntamente com Loures, como a autarquia com melhores práticas de integração de imigrantes. Foi devido ao facto de termos implementado um projeto que chamamos “*Geração de empreendedores com talento*” e que teve como objetivo desenvolver as competências destes jovens que são imigrantes, vivem em habitação social e ao desenvolvermos as competências estamos a contribuir para que possam ficar mais preparados para criarem o seu próprio emprego e já existem dois casos nessas condições.

Podemos dizer que dois casos é pouco. Eu costumo dizer que as percentagens de sucesso que se têm com projetos, nomeadamente de empregabilidade duradoura, são percentagens que são e provavelmente serão sempre muito baixas, mas para mim são dos projetos que têm mais sucesso e digo isto porque, a maior problemática que vivemos atualmente, na minha opinião e provavelmente estaremos quase todos de acordo, tem a ver com a empregabilidade. Quando se consegue com a implementação de determinados projetos, que sejam três, quatro, ... sete pessoas, consigam ou empregabilidade, empresas já existentes, ou criar o seu próprio emprego de uma forma sustentável, estamos a quebrar todo um ciclo. Quando estamos a falar de habitação social e quando conseguimos atribuir uma

casa a uma família imigrante, ou até nacional, mas que tem um conjunto de outros problemas e outras dificuldades, só se consegue quebrar este ciclo negativo se as pessoas tiverem rendimentos próprios.

Estes projetos que têm percentagens baixas em termos de taxa de sucesso, são muitas vezes aqueles projetos que não podemos olhar apenas para a percentagem, mas sim para os resultados conquistados.

Os outros dois projetos, muito rápido; um deles que tem a ver com desporto, chama-se “Projeto inverte”, e aproveitando os recursos, neste caso, o recurso mar, passa pela possibilidade que os jovens têm de praticar surf e com isso convivem com outras pessoas, conseguem ter acesso a outro tipo de situações que se não fossem estes projetos não conseguiriam e de terem além da aula de surf propriamente dita, todo um acompanhamento social que é feito em paralelo e que contribui para a integração destes jovens.

Um outro projeto e muito mais haveria, é o “Jovens em ação” que é desenvolvido no âmbito das DIS, é desenvolvido em parceria com IPSS locais e é desenvolvido com o contributo daquilo que são as opiniões e as próprias necessidades que nos são transmitidas pelos jovens e aqui tem a ver muito com acompanhamento e pela possibilidade de terem um espaço partilhado com acesos a ferramentas eletrónicas e a todo um tipo de outros serviços e também possibilitar que estes jovens tenham acesso à cultura, o conhecerem. Às vezes esquecemos um pouco as coisas mais essenciais, há jovens que não saem, dando um exemplo, no caso de uma zona de Cascais, Matarraque e Matos Cheirinhos, muitas vezes os jovens nunca foram a Lisboa; não saem do próprio bairro, muitas vezes já não é não irem a Lisboa, muitas vezes é quase às outras freguesias do Concelho. O possibilitarmos este tipo de situações com estes projetos, tem uma dimensão que nós às vezes quase não temos consciência do impacto que estamos a atingir.

### **Conceição Queiroz**

Obrigada Frederico!

Sónia, em relação a Loures, o que é que nos pode dizer, de uma forma sintetizada?

### **Sónia Paixão**

Acrescentava só, porque todos nós temos projetos dentro da mesma área e é isso que nos faz estar aqui.

### **Conceição Queiroz**

Dê-nos o melhor exemplo, na sua perspetiva.

### **Sónia Paixão**

Não posso dizer só um, vou tentar.

Primeiro, um que tenho um dos elementos na sala e não posso deixar de o referir, é o “Teatro Hibisco”. Um teatro que desenvolvemos desde 2010, tem jovens de vários bairros do concelho de Loures; bairros onde diziam que havia uma grande conflitualidade e que estes jovens não eram capazes de estar em conjunto no



palco e através deste teatro que visa, sobretudo pela cultura do otimismo, demonstrar que podemos fazer a diferença, é de referir como uma boa experiência, principalmente ao nível da cultura.

Loures foi a primeira autarquia a criar um Centro UNESCO. A UNESCO está de mão dadas connosco, partilhamos aquilo que são os princípios da UNESCO. Foi algo que abraçamos neste mandato e que devo aqui registar.

Por último, outro bom exemplo, fomos o segundo Município em Portugal a assinar a Carta Defensora dos Direitos Humanos. Subscrevemo-la há mais ou menos um ano. A primeira tinha sido Lisboa e nós fomos atrás, espero que os meus colegas, se ainda não o fizeram, que o façam, pode ser que sejamos novamente distinguidos por alguém, nem que seja pela Plataforma Calouste Gulbenkian; nós já fomos em dois anos, em 2007 e em 2011.

Acima de tudo, eu creio que nós estamos todos mais ou menos no mesmo caminho e já perceberam isso. As autarquias estão de mãos dadas, porque são a linha da frente das entidades públicas, são elas que estão todos os dias com as pessoas e conforme disse a minha colega Carla Tavares, nós trabalhamos para as pessoas, independentemente de os nossos territórios serem mais ou menos ricos. Eu também não tenho mar, não tenho potencial turístico que têm estes dois Municípios, tive um bocadinho de rio até há pouco tempo, mas tenho este património que são as nossas gentes e é esta aposta que nós temos que continuar a fazer. Mas não o podemos continuar a fazer só entre quatro paredes, cada vez temos que falar mais lá para fora e também já aqui foi tocada uma questão muito importante e eu aproveitava a Conceição estar aqui a moderar e o seu papel enquanto representante também da comunicação social, falta-nos a comunicação social. É lamentável que, não só neste encontro, mas noutros mais práticos, que são as inúmeras atividades que todos os dias desenvolvemos, não para as pessoas, mas com as pessoas, raras são as vezes em que temos a comunicação social. Eu não quero a comunicação social para me entrevistar a mim, mas para que vão lá entrevistar as pessoas e perguntar o quão importante são aqueles projetos, que são única e exclusivamente financiados pelas autarquias e numa conjuntura difícilíssima, como deve imaginar, todos nós temos que definir prioridades e as nossas prioridades continuam a ser as pessoas e continuam a ser o acolhimento dos imigrantes.

Acredito que aqui temos um potencial humano bastante grande, temos todos os dias que definir novas estratégias de conseguir fazer mais e melhor, mas esse é o desafio constante que se coloca até nas nossas vidas particulares, quem é que não tem todos os dias que criar novos desafios? Também para acolher os nossos imigrantes, para intervir e tentar alcançar aquilo que pretendemos e que é um chapéu muito grande, que é a coesão social. Isto é, provavelmente, o facto de hoje estarmos aqui a conversar, de ficar o bichinho para mais logo voltarem a conversar no seio das vossas associações, das vossas Juntas de Freguesia e tentarmos que o nosso país inverta novamente e termine da forma que comecei e que os fluxos migratórios continuem a ser de fora para dentro e não de dentro para fora.

### **Conceição Queiroz**

Só uma pequena nota, antes de passar a palavra a Carla Tavares, vice-presidente aqui da Câmara Municipal da Amadora; quando fala da questão da



comunicação social, eu estou aqui enquanto jornalista, eu não sou editora, não tenho funções editoriais, nem de coordenação, sou simples repórter há 18 anos.

Mas só para dizer isto muito rapidamente; muitas vezes não está nas nossas mãos, eu não tenho poder de decisão. O máximo que eu posso fazer, e faço imensas vezes, com as variadíssimas direções de informação com quem trabalhei nestes últimos 18 anos, é fazer as propostas e muitas vezes, lamentavelmente a resposta é não, mas consegui uma vez fazer aqui e tem a ver com a Amadora, a *Orquestra Geração*, não sei se alguém aqui se recorda?

Foi um trabalho que me deu tanto prazer fazer, foi em 2009, sobre a *Orquestra Geração* que é um projeto incrível, que transformou a vida de centenas e centenas de crianças deste país. Crianças que se tornaram muito mais responsáveis, não tinham aproveitamento escolar e passaram a ter aproveitamento porque tornaram-se mais responsáveis e conseguiam conciliar, não só a vida escolar, mas também a questão da orquestra, aquilo é uma família.

Lembro-me que na altura fiz a proposta à Diretora de Informação, a Subdiretora era a Manuela Moura Guedes, na altura, com quem eu tenho uma boa relação, é uma amiga, apesar de já não estar na TVI e falei-lhe desta questão. Ela respondeu-me de uma forma tão genuína e tão espontânea, disse-me logo sim, parece ser um projeto bastante interessante, abraça a ideia. Na altura, quando fiz, tinha tanto material recolhido, numa única semana eu tinha quarenta minutos, mas tinha material para uma hora de reportagem, já seria um documentário, praticamente. Como devem imaginar, quarenta minutos em televisão é muito tempo e é um risco, estamos a falar de uma televisão privada.

A TVI pensa, acima de tudo, na questão das audiências, a verdade é essa. Mas, eu na altura não queria saber das audiências, queria dar voz aquelas crianças, queria que as pessoas soubessem quem são estas crianças da *Orquestra Geração*, como é que nasceu este projeto, que não é nosso é importado da Venezuela e funcionou, tem funcionado em vários países e em Portugal felizmente, também está a ter um sucesso incrível.

Para grande surpresa, esta reportagem, eu provei isto aos meus editores, foi a reportagem mais vista do ano de 2009; não só na TVI, estou a falar a nível nacional, contando com a SIC e a RTP. Nós tivemos dois milhões de telespectadores. Uma coisa incrível. O jornal faz normalmente setecentos, oitocentos mil telespectadores. O que quer dizer que estes miúdos da *Orquestra Geração* conquistaram, apaixonaram os portugueses. Faz todo o sentido o que está a dizer, mas só tenho que dizer isto para dizer que não está nas nossas mãos jornalistas; de vez em quando conseguimos convencer os editores, o que é ótimo, mas muitas vezes não é possível e realmente acaba por saltar à vista a questão dos tiroteios, dos conflitos que existem nestes bairros, mas já percebemos que há aqui muita coisa boa que se faz e ainda bem que assim é.

Peço desculpa por este parenteses, Carla Tavares, diga-nos então, esse esforço na construção das cidades interculturais, no caso da Amadora, o melhor exemplo.

### **Carla Tavares**

Sem sombra de dúvidas, a Conceição já o referiu, a *Orquestra Geração*. De facto foi o melhor e o mais bem direcionado investimento. Eu recordo-me que a



Orquestra Geração começou em 2007 na Amadora, foi o primeiro Município, Vila Franca já tinha uma experiência em Alverca também.

Foi aí que começamos com o Equal na altura, com financiamento, apenas com um agrupamento de escolas. Hoje já estamos, infelizmente ainda só em três agrupamentos de escolas, mas isto também tem que ir consolidando e crescendo e também tem que haver vontade dos intervenientes e vontade também das escolas deste processo. Foi uma decisão muito arriscada, um investimento grande para a Câmara, na altura o Ministério da Educação, nem sequer suportava o valor dos professores, mas sem sombra de dúvida, em termos de projeto de integração, a melhor aposta e eu recorro que por dois fatores; a Conceição já referiu um.

Por um lado, a questão da autoestima, da valorização daquelas crianças e daqueles jovens. Hoje já temos um grupo de jazz inclusive, que é muito solicitado. Os jovens já nem sequer estão na escola de segundo e terceiro ciclo, porque entretanto os anos foram passando, estão os mais pequenotes e depois o primeiro ciclo, o segundo e terceiro ciclo estão na Orquestra, nessa e nos outros três agrupamentos de escolas.

Mas, de facto, por um lado, a questão das crianças, da autoestima, da valorização, e segunda questão, porque depois de muito investimento comunitário e municipal, foi o primeiro projeto que deu identidade àquela comunidade.

Nós sentimos que com o surgir da orquestra naquela zona territorial do concelho que tinha tido um processo de alojamento de famílias bastante complexo, num bairro grande, foi a forma que nós conseguimos encontrar e foi, de facto, a mais bem sucedida para que as pessoas criassem identidade com o seu novo espaço habitacional, com o seu novo bairro, sentissem orgulho em dizer, eu sou da Boba, neste caso concreto, que foi onde começou.

Eu recorro-me, quando assinamos o protocolo, na altura com a Fundação Calouste Gulbenkian e com a Fundação EDP, eu que tinha tido o privilégio de acompanhar parte final do processo de realojamento, vi lá famílias com os filhos, que conhecia o historial, por termos acompanhado, acabamos sempre por alguns agregados nos ficarem mais que outros, que teria sido sempre muito difícil arrastar para uma envolvimento escolar e familiar daquelas crianças e daqueles jovens, ver aquelas famílias no S. Luis, foi assim algo que nos fez ver que conseguimos. Estamos a conseguir chegar às pessoas, está aqui um caminho que está a ser feito e está a ser construído.

Continuamos com a mesma ideia, o projeto do *Curso de Formação- Educação de Cabeleireiros* na Escola Miguel Torga, um primeiro desafio enorme, na altura o próprio Ministério da Educação não acreditava muito que conseguíssemos e com uma taxa de abandono no 5º e no 6º ano naquela zona territorial do Concelho, foi a forma. O objetivo não é que vá toda a gente para a Universidade, mas era que, pelo menos as raparigas, que conseguissem, naquela altura, chegar até ao 9º ano, sem grandes abandonos de escolaridade e foi, de facto, outra aposta ganha. De tal forma que dois anos depois estávamos a aumentar para poder duplicar o número de alunos na escola de 2º e 3º ciclo.

Por isso, de todos estes projetos, são os dois que mais me marcaram enquanto vereadora e que nós vimos os resultados, estão ali à nossa frente, nós conhecemos a população, acompanhamos aqueles processos e de facto, a Orquestra é um

bom exemplo e um caso de grande sucesso.

**Conceição Queiroz**

Já percebemos que o grande património de qualquer uma destas cidades, são de facto, as pessoas.

É preciso acima de tudo concretizar!

Palavras e boas intenções existem também. Vamos passar à prática, que é a eterna dificuldade neste país, muitas vezes; passar à concretização.

Com isto concluímos que a mediação intercultural é consensual. Vimos aqui nestas quatro autarquias representadas de cores políticas diferentes. Estão todas elas empenhadas neste sentido; há um esforço par a construção destas cidades interculturais. Isso significa integração, convivência pacífica, convivência saudável, intercultural.

Temos, com certeza, muitas mais características que nos aproximam e nos tornam parecidos, que pontos que nossa possam distanciar. Digo também muitas vezes que somos todos feitos da mesma matéria.

Obrigada a todos!



A Europa na minha cidade  
2012



### III. O papel das associações no fortalecimento das relações interculturais

**António Carlos Silva, Presidente da Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde (AJPAS); Coordenador da Unidade de Saúde Pública do ACES VII (Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VII – Amadora)**

Boa tarde a todos!

Começo por agradecer o convite que me foi endereçado para partilhar com os colegas da mesa a nossa experiência na área da mediação e agradecer de uma forma especial aos colegas da mesa, à AJPAS - Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde, que tinha o nome anterior de Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável.

Desde o início quando fomos perfilhados pelo ACIDI para nos candidatar e apresentarmos uma proposta na área da mediação intercultural acolhemos com muita alegria porque é uma área que nos é querida, porque nascemos para trabalhar com os imigrantes, principalmente os imigrantes cabo-verdianos vai fazer vinte anos, pelo que há muitos nos que andamos nessa área a discutir como resolver os problemas da imigração.

Como sabemos que os imigrantes não vivem sozinhos, vivem com as outras pessoas, os problemas que as outras pessoas têm, sempre achamos que faltava uma coisa que era o *clic* da parte da interculturalidade, por isso esse projeto trouxe muitas novidades. Na primeira fase, como foi dito na parte da manhã, dos 28 mediadores, a AJPAS tinha 14 mediadores, por isso teve uma experiência diferente; teve mediadores no Hospital Fernando Fonseca, no Agrupamento de Centros de Saúde Cacém - Queluz e no Agrupamento de Centros de Saúde da Amadora e os problemas de um projeto experimental, inovador, levou a que tivéssemos que fazer aquilo a que se chama partilha, trabalhar em rede, trabalhar em parceria, trabalhar com os outros e, acima de tudo criar condições para resolver os problemas dos imigrantes.

A mediação, embora não seja uma palavra nova no nosso vocabulário, no nosso ADN, como está na moda dizer-se, é uma coisa que sempre achamos que devia existir, aliás, nós formamos pessoas ao longo dos anos para ajudar a resolver os problemas do realojamento, formamos pessoas para resolver os problemas dos jovens que se afastaram do ensino dito normal, formamos pessoas para ajudar a resolver os problemas do acesso aos serviços de saúde, por isso, não é uma coisa nova para nós mas faltava-nos aquilo que é a parte científica que este projeto, o Projeto de Mediação Intercultural nos Serviços Públicos, tem-nos dado ao longo da primeira fase e agora também na segunda fase, reconhecido pelo ACIDI.

Claro que agimos segundo as regras pré-definidas, mas também somos uma IPSS ligada à saúde e daí que a nossa intervenção na maior parte das vezes seja direcionada para a saúde, mas claro, vendo o desenvolvimento do país, os problemas do país, enveredamos para outras situações e outras áreas, porque o imigrante e as pessoas que vivem em exclusão social, têm problemas múltiplos.

A AJPAS sempre apoiou a sua intervenção nessa visão de ver a pessoa, centrada



na comunidade onde existe e posteriormente então, vê o problema pessoal, nós intervimos tipo médico de família, enquanto o médico de clinica geral só trabalha a pessoa; o médico de família trabalha a família; a AJPAS vê as pessoas no sentido comunitário, os problemas são muitos, são multidisciplinares. Temos vários parceiros, aquilo que achamos que é importante, que é trabalhar, trocar, experimentar e acima de tudo ver que sozinhos não somos capazes de resolver os problemas da comunidade temos que ir buscar as sinergias a outras instituições, a outras associações e também por isso estamos disponíveis para dar o nosso know how, os nossos conhecimentos a outras instituições.

Nessa definição de espaço territorial onde nos inscrevemos e trabalhamos, temos que conhecer as pessoas, temos que ver a sua cultura. É diferente a cultura de alguém que imigrou, há 20/ 30 anos, que veio à procura de melhores condições de vida, de aquele que nasceu cá e que não se revê muitas vezes na cultura dos pais, não se revê na cultura do país de acolhimento. Daí a cultura não ser uma coisa que é estanque, é uma coisa que muda, que altera. É essa adaptação que a AJPAS tem vindo a tentar impor na sua intervenção comunitária ao longo dos anos.

O Projeto em si, MISP, trouxe novidades, obrigou-nos a rever muitas das nossas atitudes e mesmo de algum comportamento que temos perante aqueles que representamos, obrigou-nos a centrar a nossa intervenção na comunidade, nas pessoas e veio lembrar que temos um ator principal que são os agentes de mediação intercultural em serviços públicos.

Como eu tenho esta dupla visão, estando a trabalhar no serviço publico, sempre avisámos os nossos agentes de mediação intercultural que não seria fácil; os serviços públicos não são abertos, como devem imaginar, havia problemas que tinham que ser ultrapassados, havia regras, não podiam pensar que iam substituir as pessoas que trabalham nos serviços, acima de tudo tinham que criar sinergias, que criar o seu espaço, tinham que ser reconhecidos e para os reconhecerem tinham que partilhar, saber comunicar, porque muitas vezes as pessoas perguntam “O que é que é um mediador num serviço público? O que é que ele faz? Porque é que ele está aqui, se nós temos falta por exemplo de médicos, de enfermeiros, de administrativos?” Claro que a ignorância tem esse atrevimento. As pessoas não sabiam e se nós não explicarmos o que são os mediadores as pessoas ficam na ignorância e ainda é pior a emenda que o soneto.

Tentamos explicar isso, tentamos colocar o mediador centrado nas suas funções de mediação e na primeira fase, depois de feita a avaliação com os serviços públicos, com os mediadores, com o ACIDI, no fundo com o individual e o coletivo, chegámos à conclusão que havia pessoas que tinham o perfil específico para a mediação e havia pessoas que embora não tivessem desenvolvido um trabalho excecional, não tinham esse perfil.

A fase seguinte, que é a fase autarquia, trouxe novidades interessantes, porque na primeira fase quando começámos, fomos nós e no nosso caso a AJPAS que tivemos que criar uma equipa que foi ter com as instituições e explicar o que é que nós queríamos, qual era o perfil. Posteriormente a equipa central foi reforçada pelo colega Daniel que muito contribuiu em termos de nos definir o que é que era a mediação, o que é que tínhamos que fazer, um trabalho que foi feito com calma, com alguma dificuldade, mas que deu os seus frutos.

Na fase seguinte, já existe uma equipa municipal, tem uma coordenação, existem



objetivos bem definidos, estratégias bem delineadas e as pessoas com o que contam, o que é que vão fazer, é uma diferença de fundo.

Em termos financeiros, para a instituição AJPAS e para os outros parceiros que estão aqui, foi uma novidade trabalhar com as regras do Fundo Social Europeu; não é fácil cumprir todas as regras, ter os pagamentos em dia, ter a parte financeira atualizada. Isso obrigou também na primeira fase, com 14 mediadores, a um trabalho muito difícil, muito árduo e que nós conseguimos ultrapassar. Na segunda fase as regras estão bem definidas, penso que não vai haver esse tipo de problema, foi uma aprendizagem. Caminhando, fazendo o caminho com calma, algumas vezes fomos mesmo “à valeta”, mas como somos persistentes levantamo-nos e estamos a fazer o caminho de uma forma mais correta e mais proveitosa, quer para a AJPAS, quer para o ACIDI, quer para as Câmaras, neste caso a nossa Câmara, Câmara da Amadora. Digo a nossa Câmara porque eu vivo e trabalho na Amadora, há trinta e tal anos, por isso sinto a Amadora como se fosse o meu local de nascimento, embora como imigrante, sou um imigrante “de luxo”. Nasci na ilha de Santo Antão, emigrei para S. Vicente, para outra ilha, para estudar, porque não havia ensino liceal. Depois passei por Luanda, fiz o curso em Lisboa, fiz a especialização em Leiria e depois acabei por assentar praça, em termos militares, na Amadora, algum tempo.

Vejo sempre a minha cultura, as minhas raízes e tento adaptar-me às realidades com que me deparo no dia-a-dia. A vida de imigrante, posso dizer que não é fácil e acima de tudo o que nós associações podemos dar a essas pessoas: informação, formação, conhecimento e acima de tudo explicar às pessoas o que é que devem fazer, não substituir as pessoas, é importante dar meios para exercerem a sua cidadania. Claro que se as pessoas não tiverem as condições em termos habitacionais, de emprego, educação, dificilmente vão reivindicar outra coisa. Fica outra parte, que é o conhecimento dos serviços, não pensem que é fácil alguém que é imigrante entrar nos serviços.

A AJPAS pensa que o MISP é um projeto de futuro, é um projeto que deve ser acarinhado, está a ser acarinhado principalmente pelo ACIDI, pela Câmara, pelos imigrantes, pelos representantes dos imigrantes e, acima de tudo, pelos agentes que estão aí para fazer a ponte, para explicar às pessoas o que é que tem que se fazer.

No fundo, penso que um projeto deste tipo tem sustentabilidade, é capaz de ter futuro. Numa altura de crise, a grande aposta das autarquias nessa área é de louvar, podiam muito bem dizer, não dá, como nos foi dito por outras autarquias. Mas os problemas estão lá e neste momento estariam interessadas em entrar; não vamos criticar, pelo contrário, vamos esperar que as boas práticas, o que foi feito aqui hoje de manhã, tenha eco junto das outras instituições e que os mediadores consigam passar a mensagem, que os serviços e as equipas que estão no terreno também façam esse trabalho de passar a mensagem pela positiva.

Vou terminar, desejando que o projeto tenha sucesso! Não é para o sucesso da AJPAS, nem para o sucesso dos agentes, é para o sucesso da população que nós representamos.

Muito obrigado!



**Sandra Barros Delgado, Presidente da Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude**

Queria agradecer o convite da Câmara da Amadora para estar qui presente e agradecer também o convite da Professora Ana Paula e agradecer também a presença dos meus colegas de mesa.

Queria começar por falar da Associação do Talude. A Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude, como o próprio nome indica fala de um bairro, é uma Associação que nasceu exatamente para resolver problemas de um bairro, embora neste momento faça muito mais do que isso. Saber de onde nascemos e porque é que existimos é extremamente importante para dar continuidade ao nosso trabalho e para tentarmos resolver as questões que nos vão surgindo ao longo dos tempos.

A Associação nasceu em 1993 e tentou desde cedo criar parcerias e desde o início que sempre teve o apoio da Câmara Municipal de Loures e da Junta de Freguesia de Unhos.

Um dos objetivos da Associação desde o seu começo foi exatamente trabalhar as relações interculturais e as diferentes necessidades. Neste caso como já referi, certos problemas físicos do bairro, como o alcatroamento entre outras questões, o que tem muito a ver com a cultura, porque o bairro é maioritariamente habitado por imigrantes e seus descendentes, cerca de 90% e a questão cultural e o estigma que o bairro tinha sempre foi uma questão que saltava à vista. Dai que, como disse, em 1993 tenha sido criada a Associação.

A Associação surgiu com objetivos claros, porque os problemas também eram claros: apoio a crianças e jovens, apoio à família, apoio à integração social e comunitária, proteção de direitos e interesses específicos de imigrantes e seus descendentes, prevenção e combate ao racismo e xenofobia, promoção da cidadania e da igualdade de género, promoção dos costumes e produtos de origem cabo-verdiana e de outras comunidades imigrantes, educação e formação profissional dos seus membros. Neste momento a educação e formação está aberta a toda a população.

Para atingir esses objetivos, desde cedo que tivemos os serviços de apoio à infância; encerraram em 2011, mas pretendemos, queremos e achamos que é necessário tendo em conta os objetivos da Associação, reabrir. Temos o “Projeto Sai do Bairro cá dentro” que é um dos projetos financiados pelo Programa Escolhas e que vai de encontro à tal questão da interculturalidade e resolução de várias questões de integração, tal como o polo informático e outras atividades, o “Prémio Jovem AMRT” que é um prémio em que tentamos incentivar os jovens a estudar. São prémios para o 1º, 2º e 3º ciclos, exatamente porque muitas vezes nesta faixa etária existem desistências precoces e o apoio aos jovens e o apoio aos jovens e as crianças tendo em conta sempre o objetivo que a Associação se propôs, dai que tentemos sempre ir desenvolvendo atividades que suportem esses objetivos, desde formações, neste momento temos também formações financiadas pelo Programa Operacional, o POPH de formações modelares, que é uma forma de também irmos ao encontro de outras faixas etárias; temos o encontro de mulheres, no sentido de haver partilha de ideias, de informação, de dificuldades; intercâmbios, já tivemos dois intercâmbios internacionais e temos tido vários nacionais ao longo dos anos. Os



intercâmbios são especialmente interessantes no que toca à interculturalidade, porque possibilita aos jovens não só perceberem que existem outras culturas, mas também aprenderem com essas culturas, verem as coisas de outra forma, porque a estigmatização, tanta experiência negativa, não ajuda, não facilita, não tem nada a ver com a integração, não tem nada a ver com a interculturalidade. O que se pretenda é que exista um respeito pela cultura do outro, uma compreensão, desde que respeite os direitos humanos; nós sabemos que infelizmente há certas culturas que fogem um pouco ao que seria o ideal. O importante é que os jovens além de valorizarem a sua cultura, também saibam respeitar a cultura dos outros e haver, uma interligação e não só uma coexistência.

Outro dos projetos que a Associação tem, as hortas urbanas também é uma forma de valorizar o bairro, existe muito terreno e muitas pessoas cultivam e a agricultura acaba por ser também um ponto em comum com outras culturas, nomeadamente a portuguesa; até temos pessoas que vêm de outros bairros cultivar no Bairro do Talude, o que é também uma forma das pessoas se aproximarem.

Temos outros projetos, desde “*Vozes da Diáspora*”, em que temos parcerias com outras Associações e temos também eventos em que tentamos sempre integrar outras Associações, outras parcerias, outras Instituições.

Neste caso, tal como a criação da Associação teve como objetivo resolver problemas do bairro, o facto de o ACIDI ter reconhecido a Associação como uma Associação de Defesa dos Direitos dos Imigrantes e neste caso a Associação também é uma IPSS, o início de uma maior relação foi em 2004, quando começámos a ter mediadores no Centro Nacional de Apoio ao Imigrante. Quando surgiu, em 2009 a mediação intercultural nas autarquias, nos serviços públicos, para nós, tendo em conta a mediação e o que se pretende ajudar a resolver, faz todo o sentido. Muitas vezes a mediação e os mediadores são vistos, às vezes tipo intermédios. A questão é mediar e valorizar, não é só a questão de estarem ali no meio, porque são pessoas com valores, são pessoas que tentam apoiar o serviço e contribuir para que exista uma solução, mais ao nível local e cultural, para pessoas que muitas vezes não é fácil o acesso e que se compreenda as suas reais dificuldades e problemas. Esta situação da mediação intercultural, com as autarquias e o ACIDI, vem ajudar imenso as pessoas a resolverem várias questões ao nível da comunidade e mesmo a nível da integração da população porque, de facto, creio que o que se pretende com a mediação intercultural é cada vez mais, responder às questões e aos problemas que as pessoas têm e tentar aproximar, neste caso, a Câmara, as Associações, de forma a podermos trabalhar de uma forma mais integrada e aumentar as respostas que são necessárias e também de facto, ser reconhecido o papel do mediador porque às vezes acaba por perder-se um pouco a sua importância, o mediador tem um papel fundamental para que a mediação tenha uma boa resposta, tenha uma boa solução que se pretende com este tipo de projeto. Esperemos que possa contribuir para haver um maior esclarecimento a nível do que é a interculturalidade e a nível do que estes serviços públicos podem dar resposta a nível das Camaras.

Obrigada!

### **Julia Stoler, Adjunta do Presidente do Centro Cultural Moldavo**

Muito boa tarde a todos!

Quero agradecer à Câmara Municipal da parte do Centro Cultural Moldavo pelo convite e não só, sou residente aqui no Concelho da Amadora e estou aqui com muito orgulho e gostava de pedir desde já desculpas, não venho de um país que não fala a língua Portuguesa, sou de um país de Leste que é a Moldávia. Cheguei a Portugal já com uma idade avançada, mas consegui aprender a língua, porque gosto de cá estar e foi uma integração não muito difícil porque já aqui tinha o meu marido.

Vou passar para uma breve apresentação do Centro Cultural Moldavo. Este Centro foi uma iniciativa de um grupo de pessoas que já se encontravam em Portugal desde 1998/99 e que em 2000 quando ocorreu a legalização de imigrantes em Portugal passámos um mau bocado ao ter que dormir junto ao Serviço de Estrangeiros, mas ganhámos a experiência de como tratar do visto de residência. Então, um grupo de pessoas que obtiveram o visto tentaram organizar uma Associação para que os imigrantes que viessem da Moldávia não tivessem que passar pela mesma confusão e conseguirem o visto de legalização de residência em Portugal da forma mais fácil possível.

Em 2002 formámos um grupo sem fins lucrativos, para tentar orientar da nossa terra a obter o visto. Concentrámo-nos no Concelho de Cascais, não porque a maioria dos Moldavos aí residam, mas talvez porque a Câmara municipal de Cascais nos deu muito apoio na criação de uma Associação e para obter uma sede em Trajouce, onde estamos a funcionar e continuaremos, se não conseguirmos outras instalações mais perto de Lisboa.

Em 2003 fomos reconhecidos pelo ACIDI e pelo Governo Português, como Associação legal e que pode desenvolver atividades. A principal atividade que desenvolvemos é o atendimento a pessoas não só moldavas, mas ucranianos, russos, romenos e de outras nacionalidades.

Uma pessoa que se dirija à sede do Centro Cultural Moldavo para ser atendido já sabe que encontra uma família, que lhe vai facilitar o processo de reagrupamento familiar, porque uma pessoa sente-se bem em qualquer sítio, desde que haja família por perto. Por isso, no processo de agrupamento familiar a nossa Associação tem feito um enorme trabalho para que as pessoas tenham junto de si todos os familiares.

Numa vertente mais direcionada para a interculturalidade, ganhámos ao longo dos anos experiência em atividades artísticas; trouxemos para Portugal a tradição da primavera, uma grande atividade artística que ocorre no mês em que inicia a primavera.

Este ano foi a 7ª edição deste festival em que participaram não só grupos moldavos mas também ucranianos, portugueses, cabo-verdianos e brasileiros que ficaram muito satisfeitos com a experiência que tiveram. Posso acrescentar desde já que o Centro Cultural Moldavo tem a porta aberta e está disposto a colaborar com todas as Associações e todos os grupos artísticos que queiram participar connosco nos festivais que trouxemos, nas nossas tradições, que são um pouco diferentes das tradições dos países de língua portuguesa.



Temos muito orgulho no facto do Município de Cascais este ano ter assinado um protocolo de fraternidade com uma cidade moldava, Ungeny, visitada pelos representantes da Câmara Municipal de Cascais que voltaram com uma boa imagem sobre a cidade.

Relativamente à construção de uma cidade intercultural, para que o caminho se torne mais fácil, com menos obstáculos considero positivo que todas as Câmaras Municipais sigam a experiência da Câmara Municipal da Amadora para atingir bons resultados.

Muito obrigada. Até breve!



## Apresentação das Conclusões

### **Tema A: Mediação em contexto educativo**

#### **Facilitador: Dautarin da Costa, Sociólogo e Mediador no Agrupamento de Escolas da Apelação, Loures**

Boa tarde a todos!

Estive com o grupo da mediação no contexto escolar; foi uma discussão muito rica, tão rica que acabámos por não cumprir tudo aquilo que eu tinha idealizado. Gostaria de dizer que quando me fizeram o convite aceitei de imediato porque achei que era uma oportunidade fantástica para falar de coisas importantes, tal como a mediação e quando soube que estaria num grupo com pessoas que tinham sensibilidade, ou que trabalhavam em áreas relevantes para a questão da mediação disse para mim: vou aproveitar para levar algumas inquietações. Então basicamente o que eu trouxe para o grupo foram um conjunto de questões para provocar e para desarrumar um pouco as ideias que nós temos arrumadas sobre a mediação e que às vezes dificultam a compreensão do que é a questão da mediação, ou seja, eu comecei a falar com o grupo no sentido de que de um ponto de vista abstrato, a ideia, o conceito de mediação é uma coisa pacífica, não há grande debate em torno disso: concordámos com a importância da mediação, concordamos que o mediador é uma figura importante, só que depois a questão do exercício na prática, no quotidiano da mediação é uma coisa que não fica muito clara. É uma importância que nós reconhecemos, mas que depois não sabemos muito bem como é que funciona diariamente. A discussão foi no sentido de percebermos em que contextos é que o mediador, é solicitado (o mediador no contexto escolar). A discussão permitiu-nos chegar ao ponto em que o mediador surge nas escolas onde há a necessidade de mediação e normalmente essa necessidade é mais ou menos associada a territórios educativos considerados vulneráveis.

Partimos daí e fomos para a questão dos papéis do mediador, qual é o papel do mediador? É um agente de mudança? É apenas um árbitro? É um agente que promove o conformismo ou é um agente que promove a emancipação? A pergunta inicialmente pareceu estranha porque a resposta parece óbvia, só que depois a prática quotidiana da mediação torna a pergunta relevante.

Essa pergunta é relevante justamente porque normalmente o mediador surge através de um pedido, surge a partir do momento em que há uma instituição, neste caso a escola que não consegue exercer o seu papel social, ou que vê o seu papel social ameaçado e requer, pede a intervenção de uma outra figura que possa assegurar. Esse pedido é feito e imediatamente surgem expectativas em torno do desenvolvimento do papel da mediação.

Depois surge a questão do enquadramento institucional, como é que o mediador é visto na instituição que faz o pedido. A instituição dá-lhe autonomia para desenvolver o seu trabalho de mediação, ou de certa forma o constrange para que aproveite o seu capital interventivo que entretanto teve que reunir para condicionar o público-alvo, que neste caso são os alunos. Daí a importância da questão se o mediador é um agente de mudança, ou um agente promotor de conformismo.



O debate decorreu, giramos muito em torno dessa questão, surgiram ideias muito interessantes e creio que grande parte, se não todos, defenderam a ideia de que o mediador é uma figura que pode num determinado momento funcionar no sentido de condicionar, mas, em última análise acabaria sempre por promover a mudança, a emancipação, gerar transformação positiva e criar oportunidades de crescimento, nomeadamente aos alunos.

Daí passámos para a importância do papel do mediador na medida em que o mediador funciona como o interface entre a escola e a família e houve um colega, o Quaresma, falou da questão da etnia cigana, os pais trabalham num determinado período do dia e muitas vezes ele tem que mediar a situação para que os pais possam ser atendidos na escola num horário mais favorável à sua atividade profissional. Outras pessoas falaram também justamente dessa questão, de pessoas que trabalham o dia inteiro e a escola não consegue atender os pais, daí o papel do mediador ser muito importante. Então podemos dizer que o mediador é, reconhecidamente, uma figura importante.

Aí passámos para um debate ainda mais interessante, que tipo de importância é que tem? É algo que deve continuar nas escolas, ou a figura do mediador pode ser depois de um certo tempo dispensada? Houve duas perspetivas que na minha opinião são muito interessantes. A primeira perspetiva do grupo, é que não; o mediador é importante, tem que trabalhar de forma contínua, na medida em que é um agente de promoção de mudança positiva, criação de oportunidades de crescimento e por aí fora. Surgiu uma outra ala que levantou a questão – é importante, mas se o mediador dotar outros membros da comunidade de competências de mediação e gerar um efeito multiplicador, deixa de ser necessário e passa a permitir que outros atores sociais desenvolvam esse papel de mediação e falando concretamente dos professores, falou-se da questão dos mediadores darem formação aos professores para que os professores tivessem competências de mediação ao ponto de já não ser necessária a figura do mediador.

Achei muito interessantes estas duas perspetivas, naturalmente depois não tentamos ver qual era a perspetiva que iria prevalecer; as duas são muito importantes.

Infelizmente debatemos muito esta questão e acabámos por não chegar à questão central que era a questão da cultura, da promoção do diálogo intercultural, no entanto, tinha coisas que preparadas para esse efeito e vou aproveitar e apresentarei o que já tinha.

Em relação à cultura, há necessidade de perceber o conceito e provavelmente, numa perspetiva mais abrangente e mais simplificada. Eu creio que a cultura é daqueles conceitos que nas ciências sociais é dos conceitos mais difíceis de definir, porque cada ramo tenta definir de uma maneira diferente e dentro de cada ciência social há várias perspetivas sobre a cultura. Eu escolhi uma definição mais pacífica, nomeadamente *formas partilhadas de viver, de sentir e de pensar o mundo social*. Esta definição abrangente permite-nos perceber que a cultura não é qualquer coisa de estanque. Sei que quando estamos aqui a debater, ou quando fazemos os nossos trabalhos, ou quando falamos da cultura, parece uma coisa muito simples dizermos que isto é fluído, é dinâmico, só que depois é interessante perceber que na prática isto é muito mais complicado, termos essa perspetiva diluída, dinâmica da cultura, porque tendemos ainda, no terreno, a ver a cultura

como grandes blocos que estão distribuídos: é a cultura africana, é a cultura cigana, é a cultura portuguesa. Isto continua a fazer parte dos esquemas mentais de quem intervém e de quem, inclusivamente está bem-intencionado na sua intervenção. Do ponto de vista teórico sabemos que estes grandes agrupamentos não fazem muito sentido porque não ajudam, mas continuam a servir de alicerce para pensar o social e eu posso dar aqui alguns exemplos.

Trabalho no Agrupamento de Escolas da Apelação e tenho dois exemplos que eu considero que são paradigmáticos. O primeiro é que as trocas culturais são naturais, temos a nossa comunidade do Bairro da Quinta da Fonte, que é composta por vários grupos étnicos ou de origem de vários países, nomeadamente dos PALOP, etnia cigana e por ai fora e é interessante perceber como os alunos da escola, mediante estas trocas culturais que têm de forma natural, acabam por criar um calão alternativo, ou seja, quase uma língua alternativa que tem os contributos do dialeto de S. Tomé, ou o contributo do calão angolano, do português, do crioulo guineense, crioulo cabo-verdiano, contributo das expressões dos ciganos e eles muitas vezes falam uma linguagem que é muito própria do contexto e posso dar um exemplo, uma vez um miúdo, teve uma luta com outro; perguntámos o que é que se passava e ele respondeu *ele coubou-me por isso é que eu lhe bati*. Coubar, no crioulo da guiné é dizer asneiras. Num outro contexto aquilo não faria sentido, mas vimos um miúdo branquinho a dizer *ele roubou-me*, então há uma interculturalidade que surge de forma natural porque partilham do mesmo espaço e partilham de uma série de referências.

Depois há outra questão relacionada com a cultura: há culturas derivadas da exclusão em que vivem num território educativo específico, num território urbano vulnerável e acabam por criar traços comportamentais muito próprios, nomeadamente a identificação territorial que existe em relação ao Bairro da Quinta da Fonte, a criação de certos códigos de interação muito próprios do contexto, a própria lógica de se vestirem, de se expressar, parece que querem mandar uma mensagem ao mundo.

Temos aqui dois tipos distintos de manifestação cultural: uma derivada da troca natural de estarem no mesmo espaço e outra derivada da condição de existência social que ali reina e o mediador intercultural tem que perceber esta fluidez, estas diferenças na interpretação daquilo que é o mundo social e não tem que se desapropriar daquilo que ele acredita, ou seja daquilo que é a sua visão do social.

O mediador cultural tem que perceber esta dinâmica, estas várias culturas que surgem, das trocas naturais e das múltiplas referências que daí derivam e não pensar em grandes blocos, que isso depois ajuda a interpretar a situação e permite adquirir ferramentas tanto para resolver situações de conflito, como para criar oportunidades de crescimento e gerar a tal emancipação.

Obrigado!



## **Tema B: Mediação em saúde**

**Facilitador: Beatriz Padilla, Socióloga, Investigadora Sénior no Centro de Estudos de Sociologia (CIES), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE/IUL) e Coordenadora do ELARP (Europe and Latin America Research Program)**

Tocou-me coordenar e debater com os colegas o tema da mediação cultural na saúde e também partimos de algumas perguntas semelhantes, vou tentar fazer justiça ao que foi debatido, para que se sintam representados os que lá estiveram.

O contexto da saúde apresenta alguns riscos e vulnerabilidades acrescidos que colocam alguns desafios específicos no âmbito da mediação intercultural.

Numa aproximação histórica devemos salientar que desde há dez anos, pelo menos, aqui em Portugal se facilita ou se possibilita o acesso à saúde, mas ainda não conseguimos consolidar estes direitos. Avançamos e regredimos, como tem sido confirmado nas últimas mudanças no sistema nacional de saúde e isto é um problema porque acrescenta ou continua a colocar barreiras aos indocumentados, aos mais pobres que voltam a ser mais vulneráveis. Isto num contexto de crise é muito grave. Assim a saúde é um direito que às vezes parece não poder ser exercido.

Identificámos também algumas barreiras e situações cada vez mais comuns, sobretudo uma que chamei a criminalização dos imigrantes e da imigração que se vê sobretudo no aumento da discricionariedade da administração ou do pessoal administrativo e por vezes inclusivamente nos profissionais de saúde, que não reconhecem os direitos, o que é muito perigoso e que tentam aplicar a sua opinião, às vezes em lhes negar os direitos; isto também é muito sério.

Continuamos com as mesmas barreiras no acesso que temos já desde algum tempo: o desemprego, os horários de atendimento, que também já foi salientado no caso da escola, a falta de infraestruturas de apoio, as próprias barreiras de género, sobretudo no caso das mulheres, a desumanização do atendimento médico, cada vez mais reforçado pelo funcionamento do Sistema Nacional de Saúde, em que cada vez há menos tempo para atender o paciente, o divórcio entre o conhecimento científico e as crenças da comunidade.

O tema que pareceu também ser comum é de uma classe médica como uma classe muitos em casos dissociado da realidade, não estamos a falar de médicos individuais mas sim no geral, como uma dissociação desta realidade imigrante e da própria situação socioeconómica menos privilegiada, não só dos imigrantes.

A saúde apresenta vantagens de intervenção porque, como foi dito, permite a identificação de outros problemas paralelos, sejam familiares, pessoais, sociais e de toda a comunidade, daí a importância e relevância da saúde. Mas, pode também ser comparada com a educação.

Identificámos também uma certa incoerência entre as estruturas que promovem a mediação cultural. Algumas a favor, outras contra e algumas indiferentes, ou seja há uma promoção por um lado, do mediador cultural, mas muitas vezes, nessas próprias infraestruturas não há acordo. Às vezes são chamados, às vezes são aproveitados e outras vezes são olhados com uma certa desconfiança.

Ainda identificamos barreiras que têm a ver com o poder, ou a falta de poder, as



assimetrias e a falta sobretudo de participação dos próprios interessados, ou seja, as necessidades devem ser identificadas também pelos utentes, pelos cidadãos e não só às vezes, pelas estruturas, pelas autoridades, mas simplesmente pelos interessados. Neste sentido, a falta de participação explica, às vezes, a distância que existe e a falta de resposta que ainda temos na sociedade. Os imigrantes e os descendentes, muitos já são portugueses mas não participam nesta tomada de decisões; às vezes são, ou contratados ou intermediários, mas não ativos e decisores que identifiquem as necessidades da comunidade.

Um outro aspeto que se tocou foi que às vezes os mediadores são vistos como uma ameaça e é muito importante ter esta perceção, seja dos próprios que trabalham como administrativos no sistema e dos próprios profissionais da saúde, por isso a formação para a diferença deve abarcar todas as sensibilidades e todas as diferenças. A diversidade reconhecida abrange não só os imigrantes mas outros aspetos que num momento de crise podem chamar a atenção, por exemplo às vezes a discriminação positiva a favor só dos imigrantes pode levantar algum ressentimento por parte da comunidade portuguesa, por isso é importante considerar vários aspetos, não só a causa imigrante, mas também a situação socioeconómica. É aí que a justiça social deve ser um valor implícito em qualquer tipo de intervenção, incluindo a da mediação e concordamos plenamente com o que foi dito sobre o tema de como combater a exclusão e favorecer a inclusão; esse devia ser o objetivo da mediação.

Obrigada!



### **Tema C: Mediação e comunidade**

**Facilitador: Teresa Martins, Fundação Aga Khan, Programa “Mira Kapaz”**

Boa tarde a todos os resistentes deste dia de trabalho.

Calhou-me a mim facilitar o grupo de Mediação e Comunidade e o desafio foi sairmos da nossa zona de conforto visto que aqui de manhã algumas pessoas falaram da questão da participação e o processo de mediação comunitário é também participar, então desafiei o grupo a sair da sua zona de conforto, a conhecer-se primeiro. Qualquer processo de mediação da comunidade passa pelo conhecimento, conhecemo-nos um bocadinho muito rapidamente e depois saímos da nossa zona de conforto, ou seja, todos os grupos foram desafiados a pensar na mediação e a traduzir o seu conceito, as suas respostas através de uma imagem corporal.

A mediação comunitária surgiu como uma teia, não uma teia que agarra moscas, mas uma teia que se reforça e que cresce de acordo com as parcerias, as instituições, as pessoas, com os interesses que se cruzam destas relações e cuja ação reforça a própria teia. É uma teia cujo centro também se altera e move, portanto não é uma teia estática como a que as aranhas fazem, mas é uma teia dinâmica, onde a comunicação é muito importante e os interesses que centralizam essa teia também se vão alterando de acordo com a dinâmica comunitária.

Mediação comunitária ou de comunidade é também uma ponte feita de processos comunitários e solidários. É uma ponte construída pelas próprias pessoas da comunidade. A questão que se colocava aqui, nas escolas, se o mediador vem de fora, ou é da comunidade, considerámos aqui que a mediação pode partir de grupos próprios da comunidade, quando as pessoas, como num exemplo que foi aqui dado de manhã do Bairro Azul, de Setúbal, em que alguém da comunidade que se começou a interrogar sobre o que é que eu posso fazer para melhorar a minha comunidade e como é que posso levar os outros a fazer e construo com essa comunidade um elo em redor de um objetivo comum.

A mediação como um pilar, onde na comunidade os diferentes interesses se orientam para um mediador que tem que ser quase como uma coisa em branco, um vazio, não no sentido de vazio que não é ninguém, mas de uma pessoa isenta, sem interesses próprios nos processos, com neutralidade e imparcialidade, no fundo um agente de mudança que centraliza as ideias em equilíbrio e é facilitador do diálogo. Deu-se aqui neste grupo do pilar também o exemplo da mediação como o fecho que fecha um colar de diferentes contas e que alguém tem que fechar aquele círculo e dar-lhe sustentabilidade.

Surge também a mediação centrada nas pessoas, ou na pessoa, que o grupo chamou Lídia, tínhamos uma pessoa grávida no grupo e o grupo aproveitou esta pessoa ainda em desenvolvimento para lembrar que o processo de mediação se centra nas pessoas e constrói as pessoas. Lídia, em que o L é local e liberdade; o I igualdade, investimento e interesse; o D disponibilidade e desenvolvimento; o I interação e integração e o A de acolhimento, de aproximação e de amor.

É um processo dinâmico, contínuo, com sucessos e insucessos, aberto, onde eu dou e recebo, mas o que dou e recebo é mais alto que a soma das nossas experiências, é muito mais que a soma, é quase multiplicado. É uma apropriação das pessoas,



dos processos e das vivências, é festa e celebração, mas, é sobretudo um processo onde o mais importante não é o encontro, mas é o reencontro; é fazer com que as pessoas voltem a ter disponibilidade para voltarem a reencontrar-se em prol de um projeto comum de vida e de comunidade.

Obrigada!



A Europa na minha cidade  
2012



**Carlos Giménez Romero, Catedrático de Antropologia Social da Universidade Autónoma de Madrid e Diretor do Instituto de Migrações, Etnicidade e Desenvolvimento Social da Universidade Autónoma de Madrid**

Está tudo dito. Uns breves comentários finais.

Eu creio que as exposições dos três grupos indicam que foi um dia de trabalho participativo, criativo, que houve um diálogo entre todos. O conhecimento e a experiência não estavam divorciados, cada um trouxe a sua experiência, o seu conhecimento teórico, o seu conhecimento prático, houve um diálogo de saberes, foi possível fazer uma construção.

Por um lado creio que temos boas questões, é sempre bom ter boas questões:

- Qual é o papel da mediadora/ do mediador, esse agente de mudança?

Ter sempre muito claro que não é ele ou ela que faz a mudança, fá-la a comunidade, a única que pode mudar é a própria comunidade, os mediadores são um catalisador, um auxiliar, um facilitador vazio, sem interesse, sem poder. Faz falta no mundo gente que não queira poder... eu não quero poder, quero poder ajudar, nada mais, mas não quero poder, não tenho mais nenhum interesse que ajudar. Creio que é necessário uma figura desse tipo.

- Conceito de Cultura. Houve um Congresso de Antropologia para o conceito de Cultura no ano de 1952; mais de oitocentas definições. Os antropólogos, os cientistas sociais, estão de acordo em muitas coisas mas duas são muito importantes para a mediação comunitária: Como já foi referido nos grupos de trabalho, a cultura - qualquer cultura é diversificada internamente. A cultura de qualquer país, a cultura cigana, a cultura portuguesa é diversificada internamente, o relevante não é a cultura, mas como cada pessoa e cada grupo a expressa, a utiliza, isso sim é prática quotidiana. A cultura é algo inacessível, mas a pessoa e o grupo que exerce a sua cultura é que é muito relevante. A cultura é diversa, é mudança, está constantemente em mudança e nisso estamos de acordo.

Finalmente quero dizer uma frase de dois antropólogos que quando era estudante odiava, mas agora já não e um deles diz uma frase maravilhosa *"Toda a pessoa é igual às outras, parecida às do seu próprio grupo e sempre única e incomparável"*. O fascinante é que as três coisas, são verdade ao mesmo tempo – todos somos iguais, cada um é diferente e cada um é completamente único. O mediador intercultural deve perceber que há algo universal, que há algo cultural e que há algo singular e as três coisas são verdade ao mesmo tempo.

Finalmente, como promover a mediação? A minha experiência nestes anos diz-me o que acabam de apresentar, o importante não é só que haja mediadores interculturais profissionais, formados com técnica com método, isso é muito importante, mas, muito mais importante é que haja outros profissionais e recursos técnicos que incorporem a mediação - profissionais da saúde, profissionais da educação.

A primeira via é profissionais da mediação a segunda via é outros profissionais que incorporem a mediação, mas a terceira via é muito mais importante é mediadores ciganos, mulheres da comunidade, que têm talento de mediador e que devem ser identificadas como mediadoras e há várias, isso sim muda, porque se a própria comunidade pode resolver os seus problemas através de pessoas que tenham



talento de mediador. Cada vez que oiço por exemplo o António Carlos, sei que estou perante um mediador de cima a baixo e não sei se sabe o que é a contextualização ou a reformulação, mas, é um mediador.

A minha mãe não sabe nada de facilitação, técnicas de aproximação, mas quando o meu pai chegava a casa cansado, a minha mãe aplicava-lhe as técnicas de facilitação com uma sabedoria! Era uma autêntica mediadora. Muitas mulheres e muitos homens passam o dia a mediar, isso é importante para a mediação e portanto, a minha última palavra vai para o compromisso, comprometamo-nos como pessoas, como profissionais e como cidadãos em estender a cultura da mediação, de diálogo que faz tanta falta e em lutar contra a exclusão.

O principal na minha modesta opinião é a luta contra a desigualdade, contra a pobreza, contra a injustiça, senão a interculturalidade, a mediação, a dinamização estão bem, mas não transformam o mundo porque são pequenas coisas e num mundo de enormes desigualdades, eu penso que devemos comprometer-nos na busca de igualdade entre os seres humanos.



## Anexo 2



A Europa na minha cidade  
2012





A Europa na minha cidade  
2012



## Anexo 3



A Europa na minha cidade  
2012



# Mediação: um caminho para a construção de cidades Interculturais

Recreios da Amadora, 16 de outubro de 2012

8h45 – Receção aos participantes

9h30 – Abertura

**Joaquim Raposo**, Presidente da Câmara Municipal da Amadora

**Rosário Farmhouse**, Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural

10h00 – I. Mediação Intercultural: Um modelo de intervenção

**Moderadora: Dina Moreira**, Chefe de Divisão, Câmara Municipal da Amadora

**Carlos Giménez Romero**, Catedrático de Antropologia Social da Universidade Autónoma de Madrid (UAM) e Diretor do Instituto de Migrações, Etnicidade e Desenvolvimento Social da Universidade Autónoma de Madrid (IMEDES)

**Carla Martingo**, Coordenadora do Projeto de Mediação Intercultural em Serviços Públicos – MISP, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

11h00 – Apresentação do livro: *Transcultural Skills for Health and Care, Standards and Guidelines for Practice and Training*. Chiara Pusseti e Francesco Vacchiano – Investigadores do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA, ISCTE/UL).

11h15 – Pausa para café

11h30 – II. Construção de cidades interculturais – um desafio para as autarquias

**Moderadora: Conceição Queiroz**, Jornalista

**Maria das Dores Meira**, Presidente da Câmara Municipal de Setúbal

**Carla Tavares**, Vice-Presidente da Câmara Municipal da Amadora

**Sónia Paixão**, Vereadora da Coesão Social e Habitação, Câmara Municipal de Loures

**Frederico Almeida**, Vereador da Habitação e Ação Social, Câmara Municipal de Cascais

12h30 – Debate

13h00 – Intervalo para Almoço

14h15 – Grupos de Discussão

**TEMA A - Mediação em contexto educativo**

**Facilitador: Dautarin da Costa**, Sociólogo e Mediador no Agrupamento de Escolas da Apelação, Loures

**TEMA B - Mediação em saúde**

**Facilitadora: Beatriz Padilla**, Socióloga, Investigadora Sénior no Centro de Estudos de Sociologia (CIES), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE/IUL), e Coordenadora do ELARP (Europe and Latin America Research Program)

**TEMA C - Mediação e comunidade**

**Facilitadora: Teresa Martins**, Fundação Aga Khan, Programa “Mira Kapaz”

16h00 – Pausa para café

16h30 – III. O papel das associações no fortalecimento das relações interculturais

**Moderadora: Ana Paula Beja Horta**, Coordenadora Científica do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), Universidade Aberta

**António Carlos**, Presidente da Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde – AJPAS, Coordenador da Unidade de Saúde Pública do ACES VII (Agrupamento de Centros de Saúde Grande Lisboa VII – Amadora)

**Sandra Barros Delgado**, Presidente da Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude

**Iulia Stoler**, Adjunta do Presidente do Centro Cultural Moldavo

**Igor Khashien**, Presidente da Associação EDINSTVO – Associação dos Imigrantes dos Países de Leste

17h30 – Apresentação das conclusões

**Beatriz Padilla, Dautarin da Costa, Teresa Martins**  
Comentários de **Carlos Giménez Romero**

18h00 – Encerramento



A Europa na minha cidade  
2012



A Europa na minha cidade  
2012



# Mediação: um caminho para a construção de cidades Interculturais

Recreios da Amadora, 16 de outubro de 2012

## Avaliação

### 1. Género

Masculino

Feminino

### 2. Idade

Até 30 anos

31- 50 anos

51 e mais anos

### 3. Na sua opinião o FÓRUM a que assistiu:

- Correspondeu às suas expectativas
- Contribuiu para aprofundar os seus conhecimentos

**SIM**

**NÃO**

### 4. Como classifica os seguintes pontos:

- Apresentações efectuadas pelos especialistas
- Grupo temático em que participou
- Clareza das informações contidas na programação
- Relevância das experiências apresentadas

**EXCELENTE**

**BOM**

**RAZOÁVEL**

**FRACO**

Comentário:



A Europa na minha cidade  
2012



A Europa na minha cidade  
2012

